



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 36 - Nº 720 - DE 28 JULHO A 10 DE AGOSTO DE 2024 - R\$ 5,00

Marcha da crise mundial

A vanguarda revolucionária está obrigada a responder com as diretrizes do Programa de Transição da IV Internacional e dos Primeiros Quatro Congressos da Internacional Comunista

NOSSO OBJETIVO: RECONSTRUIR O PARTIDO MUNDIAL DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA, A IV INTERNACIONAL

Envolvimento do Brasil na guerra comercial dos Estados Unidos com a China

A política do proletariado é a de combater pela independência nacional como parte da revolução social

35 *da fundação do Partido Operário Revolucionário*
anos *Ato-político de lançamento do livro:*

**Internacionalismo Proletário.
Guerras na Ucrânia e na Faixa de Gaza**



A marcha da crise mundial

No início de outubro, a intervenção militar do Estado sionista na Faixa de Gaza completará um ano. Em agosto, a guerra na Ucrânia chegará aos dois anos e meio. O choque dos Estados Unidos com a China nos marcos da guerra comercial se agravou desde o começo da guerra na Ucrânia. Na África, afloram os confrontos internos em vários países e se erguem lutas anti-imperialistas. Na Europa, a crise econômica e as tendências da luta de classes impulsionam as divisões interburguesas e o fortalecimento das frações de ultradireita e fascizantes. Em particular, na Inglaterra, a direita ultraconservadora foi derrotada pelo Partido Trabalhista; na França, o Partido Renascimento, de Macron, sofreu uma dura derrota eleitoral para ultradireita, permitindo a ascensão da esquerda reformista aglutinada na Nova Frente Popular. Nos Estados Unidos, a crise política chegou ao ponto da tentativa de assassinato de Trump e substituição de Biden por Kamala Harris que passou a ser a candidata à presidência da República pelo Partido Democrata. Assombra setores da burguesia mundial a possibilidade de Trump voltar ao comando dos Estados Unidos.

A maioria dos países na América Latina sente estremecer seus alicerces econômicos e políticos. O fracasso da 64ª Cúpula de Chefes de Estado do Mercosul, realizada no início de julho, desprezada pelo presidente argentino Javier Milei, refletiu o processo de decomposição política na América do Sul. Em particular, destacam-se a quebra econômica da Argentina, o descenso do peronismo e ascensão da ultradireita aventureira; as eleições na Venezuela que ocorrem nas condições de esgotamento do nacional-reformismo chavista; o golpe forjado na Bolívia, por sua vez, evidencia a decomposição do MAS, que foi constituído em torno ao caudilho Evo Morales; no Chile, naufraga o governo pequeno-burguês democratizante de Boric que tende à direitização. A reunião da ultradireita em Santa Catarina, no Brasil, arquitetada por Bolsonaro e Milei, deu a dimensão do quão grave é o fortalecimento das tendências ultradireitistas. A frente ampla que sustenta o governo Lula deixou claro, neste um ano e meio, que depende das frações mais poderosas das oligarquias regionais e do grande capital nacional para manter a governabilidade questionada quase que diariamente.

É nesse marco que os países latino-americanos se acham envolvidos pela guerra comercial dos Estados Unidos com a China e se ressentem dos alinhamentos internacionais em torno à guerra na Ucrânia e a intervenção militar na Faixa de Gaza. A Operação “Southern Seas - 2024”, com navios de guerra dos Estados Unidos, com a Marinha brasileira, teve neste ano o caráter político de questionar a aproximação do governo Lula ao projeto chinês “Iniciativa Cinturão e Rota da China”. Aumenta a pressão contra o fortalecimento do Brics e da aliança que se denomina “Sul Global”.

A guerra comercial vem tomando uma dimensão mundial, embora ainda esteja concentrada no Indo-Pacífico. Tudo indica que ganhará maior importância na América Latina, uma vez que se estabeleceu amplos laços comerciais e que capitais da China vêm penetrando em várias áreas de sua economia. O declínio da economia norte-americana e a ascensão da China, inevitavelmente, se reflete na América Latina. Traz a sombra histórica, quando em 1823 o Congresso dos Estados Unidos aprovou a Doutrina Monroe, que consistiu na orientação colonialista de bloqueio ao domínio europeu, sob a bandeira “América para os Americanos”. Os capitais europeus, de fato, não deixaram de saquear os países latino-americanos, mas sob a hegemonia do imperialismo estadunidense. A situação agora é de confronto com a China que do processo de restauração capitalista passou a se destacar na disputa por um lugar no mercado mundial.

A reunião do G20, que se realiza neste momento no Rio de Janeiro, não tem como chegar a um acordo favorável às nações semicoloniais. Os objetivos de equacionar o “endividamento

dos países pobres”, aumentar a “taxação dos super-ricos”, promover uma reforma nos “organismos multilaterais como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial” e estabelecer um programa de redução da pobreza e da fome não passam de boas intenções encabeçadas pelos nacional-reformistas que são incapazes de enfrentar e romper com a dominação imperialista. A falência desse tipo de organização que pretende obter concessões das potências é parte da decomposição do capitalismo. É sintomático que o G20 se paralisou ainda mais com a guerra na Ucrânia e na Faixa de Gaza. O denominado Sul Global se limita a lamentações e a procura de respostas nos marcos da ONU, que é um organismo criado e mantido pelo imperialismo. Não há como escapar ao agravamento da guerra comercial e ao impulso à escalada bélica.

Também nesse momento se fala sobre a disposição tanto da Ucrânia quanto da Rússia em retomar as negociações para um acordo de paz. No entanto, os Estados Unidos estão armando suas bases militares na Europa com armas ofensivas, entre elas as nucleares, dirigidas à Rússia, reforçando principalmente seu aparato na Alemanha, Polônia e Romênia. A OTAN tem potenciado sua capacidade financeira para fazer frente a uma possível guerra contra a Rússia e a China. A ocupação da Faixa de Gaza, com seus quase 40 mil mortos, continua pondo na ordem do dia a possibilidade de guerra no Oriente Médio.

A crescente divergência no interior da burguesia norte-americana em torno ao apoio irrestrito ao Estado sionista de Israel tem causado temor ao governo de Netanyahu. É o que mostra o discurso proferido no Congresso dos Estados Unidos em busca de maior apoio financeiro e militar, para ir até o fim na destruição da Faixa de Gaza e na subjugação dos palestinos. Os “bárbaros” seriam os povos oprimidos e os “civilizadores” seriam os colonizadores, que se valem do poderio militar. Netanyahu foi condenado pelo Tribunal Penal Internacional como responsável pela carnificina de civis. Adentrou e discursou no Capitólio como um arauto da “civilização” contra os “bárbaros”. O protesto de milhares em favor dos palestinos indicou a necessidade de retomada mundial do movimento de massa contra o genocídio. Está posta, igualmente, a necessidade de pôr fim à guerra na Ucrânia e ao cerco da OTAN à Rússia antes que se generalize pela Europa e Eurásia.

A marcha da crise mundial continua em ascendência e acelera o seu ritmo com a conjugação das guerras na Ucrânia e Faixa de Gaza, bem como com a guerra comercial dos Estados Unidos contra a China. Fala-se em “paz”, mas o que prevalece é a escalada militar. A preparação de um confronto dos Estados Unidos e de seus aliados com a China e a Rússia determina a situação e o caráter da crise mundial.

A velocidade dos acontecimentos e sua ferocidade se impõem sem que a classe operária tenha ainda respondido à altura, com sua organização independente, seus métodos de luta, seu programa de reivindicações e sua estratégia estabelecida pela revolução social. No entanto, as inúmeras manifestações das massas, sendo as mais importantes as dirigidas contra o genocídio na Faixa de Gaza, expõem o instinto de revolta dos oprimidos e criam as condições para pôr em pé um movimento de resistência anti-imperialista e pela revolução socialista.

Trata-se da vanguarda com consciência de classe não se perder no maremoto da crise capitalista e das imensas dificuldades de organização do proletariado em seu partido revolucionário, marxista-leninista-trotskyista. A aplicação do Programa de Transição da IV Internacional e dos Primeiros Quatro Congressos da Internacional Comunista permite trabalhar com segurança e afino pela superação da crise de direção, construindo os partidos revolucionários e reconstruindo o Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.

Guerra comercial entre Estados Unidos e China se reflete no Brasil

A disputa pelos capitais externos em torno ao controle da Avibras Indústria Aeroespacial se destacou pela intervenção dos Estados Unidos contra a venda acionária para a China. Com uma dívida de R\$ 600 milhões, a empresa se encontra em situação de falência. Demitiu 420 de seus 1500 trabalhadores, e mais de mil estão com os salários atrasados por 15 meses. A fábrica está paralisada. O Sindicato Metalúrgico de São José dos Campos tem feito manifestações pelo pagamento dos salários. Reuniu-se no dia 18 de julho como o Ministério do Trabalho, sem que houvesse nenhum resultado em favor dos trabalhadores. Levantou a bandeira da estatização. Espera que o governo antecipe o pagamento dos salários com a antecipação dos pedidos feitos pelas Forças Armadas.

A cúpula das Forças Armadas é favorável à venda da empresa a grupos estrangeiros, apesar de a Avibras ser um empreendimento nacional, criado em 1961, por engenheiros formados no Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), que produz armamentos de alta tecnologia, como mísseis, sistema de lançamento de foguetes, blindados e instrumentos de telecomunicações. Lula acionou o BNDES para dar condições à entrega da Avibras ao capital externo. Como se vê, o entreguismo da burguesia brasileira, do governo e das Forças Armadas é descarado.

O primeiro pretendente da compra da Avibras foi a DefendTex, australiana. Chegou-se a assinar um contrato de intenção de compra e venda. Segundo informações, a DefendTex estaria com dificuldade de financiar US\$ 70 milhões em bancos australianos. Finalmente, o acordo não prosperou. Com certeza, não foi por falta de dinheiro. Essas tratativas encerram sigilos. A estatal chinesa Norinco (Grupo das Indústrias do Norte da China) ofereceu-se para adquirir 49% da Avibras. Os Estados Unidos ameaçaram impor sanções caso o capital chinês passasse a ter a prerrogativa de compra. Avisaram o governo Lula que a China está sob sanção ditada por Biden. De repente, se bloqueou o andamento das negociações com a China e a DefendTex ressurgiu com a alegação de que o financiamento já não era um problema. Assim, a Avibras e a DefendTex emitiram um comunicado de que haviam retomado a negociação. Pelo visto, se a empresa australiana obtiver o controle da Avibras será com a “compra de mais de 50% da empresa brasileira”. A desnacionalização, portanto, seria total.

Os Estados Unidos não teriam problema algum em financiar essa compra ou “convencer” o governo australiano a impedir que a China entre no ramo bélico na América Latina por meio da aquisição da Avibras. É bom ter claro que o imperialismo norte-americano tem poderosa ascendência estratégica sobre a Austrália, que vem servindo de pião na guerra comercial e na escalada militar na Ásia Oriental. Assinalamos, nesse sentido, o acordo Alkus para construir submarinos atômicos pela Austrália, com o qual se marginalizou as negociações da França de venda de navios de guerra aos australianos.

A questão não está resolvida, mas tudo indica que a China perderá um bom negócio, que transcende valores comerciais por ser uma indústria bélica capacitada a produzir mísseis. Desde 2003, a Norinco entrou no rol de sanções impetradas pelos Estados Unidos, em função de sua presença na Nigéria, África do Sul, Angola, Mali, Senegal e Costa do Marfim. Nesse mesmo sentido, os Estados Unidos acusaram a Norinco de negociar mísseis com o Irã, que também está sob sanção desde a ruptura do acordo nuclear levada a cabo no governo Trump.

A imposição dos Estados Unidos para que o Brasil entregue a Avibras para a DefendTex não é um caso isolado. Envolve a guerra

comercial e, conseqüentemente, a escalada militar. De um lado, o imperialismo norte-americano impulsiona os meios para barrar a ascensão econômica e política da China na Ásia e dificultar o máximo possível a penetração de seus capitais na África, Oriente Médio e América Latina. De outro, a China restauracionista está obrigada a impulsionar sua capacidade industrial, tecnológica e financeira no plano internacional.

A chamada “Iniciativa Cinturão e Rota da China”, ou “Nova Rota da Seda”, é estratégica para aplicar capitais em infraestrutura (ferrovias, portos, pontes etc.). Choca-se com os interesses norte-americanos e os dos aliados imperialistas.

No Brasil, em particular, a China vem se distinguindo pela aplicação em energia solar. A Spic chinesa é considerada a “maior do mundo em geração de energia solar”. Comprou a maior parte da Recurrent Energy, cujo controle pertencia à Canadian Solar. No acordo, a empresa canadense ficou como sócia minoritária. A fábrica de veículos elétricos, BYD, está construindo uma planta na Bahia. Sintomaticamente, a fábrica chinesa ocupa o espaço físico antes utilizado pela Ford em Camaçari. O Brasil se tornou o maior importador de carros elétricos e híbridos da China. As multinacionais que detêm poder absoluto de produção e mercado de carros vêm pressionando o governo brasileiro a conter o ímpeto comercial e industrial da China. Exigem protecionismo às importações e enquadramento das fábricas chinesas às condições das demais montadoras. O conflito mais duro se deu em torno à importação de aço da China. A CSN, Usiminas, ArcelorMittal e Aperam South América entraram com um processo antidumping. Os Estados Unidos tentaram impedir a instalação do sistema chinês de telefonia 5G da empresa Huawei, sob a alegação de que o governo chinês a utilizava para realizar espionagem. Ocorre que a Huawei se tornou a segunda maior rede de telefonia móvel (2G, 3G, 4G), ficando atrás da Ericsson. E concorre com a Ericsson sueca e Nokia finlandesa no plano do sistema 5G. Chamou a atenção também o fato do capital chinês montar um consórcio com a Gol para construir um trem que ligará São Paulo a Campinas.

Cabe lembrar a guerra comercial que os Estados Unidos travaram, em 2020, contra a vacina chinesa de combate ao Covid. Em 2023, abriu-se um choque sobre a compra pelo Exército brasileiro de blindados, de forma que os Estados Unidos e aliados fizeram uma frente contra a Norinco, sob o argumento de que os produtos chineses não eram compatíveis com o padrão da OTAN. Mais recentemente, se discutiu a proposta da China de incluir nos projetos a Iniciativa Cinturão e Rota. A questão foi mascarada pelo compromisso de um projeto de “Aliança Global contra a Fome e a Pobreza”, que seria discutido na Cúpula do G-20.

Os Estados Unidos enviaram ao Brasil a general Laura Richardson, chefe do Comando Sul dos Estados Unidos voltado para a América Latina. Realizaram-se exercícios militares entre

Adquira com o distribuidor de Massas:

R\$ 35

**SOCIALISMO
OU BARBARIE**

A Revolução
Proletária na
época do capitalismo
em decomposição



O livro editado pelo POR, reúne uma coletânea de textos com elaborações e formulações programáticas sobre os fatores mais destacados da situação política mundial, um balanço dos 40 anos do golpe militar no Chile, um balanço dos 50 anos do golpe no Brasil e uma crítica programática ao foquismo nesse período.



Com a restauração capitalista, centralizada e altamente controlada pelo Partido Comunista Chinês e pela burocracia estatal, impulsionada desde 1980, a economia no país continental e com uma população atual de 1,4 bilhão conseguiu, já em 2014, superar o PIB dos Estados Unidos em termos de paridade de poder de compra, 16,6% do PIB mundial contra 16%, respectivamente. Em 2017, essa relação aumentou a diferença, 17,9% para a China e 15,6% para os EUA. Quando o governo chinês decidiu pelas reformas pró-capitalistas na década de 1980, os Estados Unidos detinham 20% do PIB mundial e a China, dez anos depois, em 1990, 5%.

a Marinha dos Estados Unidos e a do Brasil como sinal de que há uma aliança que se opõe à penetração da China na América Latina. A general atacou a Iniciativa do Cinturão e Rota (BRI), dizendo que com os financiamentos chineses os países perderiam sua independência. A China respondeu que com a adesão à BRI os países “se tornaram realmente mais capazes de proteger sua independência e soberania devido aos benefícios econômicos e sociais que ela trouxe”.

Com a restauração capitalista, centralizada e altamente controlada pelo Partido Comunista Chinês e pela burocracia estatal, impulsionada desde 1980, a economia no país continental e com uma população atual de 1,4 bilhão conseguiu, já em 2014, superar o PIB dos Estados Unidos em termos de paridade de poder de compra, 16,6% do PIB mundial contra 16%, respectivamente. Em 2017, essa relação aumentou a diferença, 17,9% para a China e 15,6% para os EUA. Quando o governo chinês decidiu pelas reformas pró-capitalistas na década de 1980, os Estados Unidos detinham 20% do PIB mundial e a China, dez anos depois, em 1990, 5%. A ascensão da China e o descenso dos Estados Unidos como potência mundial econômica abriram um fosso que na atual situação de agravamento da crise internacional potenciou a guerra comercial que projetou a escalada militar. Escalada essa que avança com a guerra na Ucrâ-

nia e na Faixa de Gaza. A tendência é de agravamento da guerra comercial, cujos reflexos se fazem sentir em todos os continentes.

Como vimos, o Brasil está amplamente envolvido nesse entremeio. O agigantamento mundial da China possibilitou que o Brasil se tornasse um dos exportadores de commodities, produtos da agropecuária e de matérias-primas. Em particular, a dinâmica ascendente da agroindústria brasileira passou a depender dessa interrelação comercial. Esse deslocamento permitiu ao Brasil abrir um mercado de commodities até então limitado pelos Estados Unidos e Europa. O que deu à China a possibilidade de aumentar significativamente a exportação de manufaturas e, inclusive, de recursos financeiros a serem aplicados em vários setores da economia. Esse processo se verifica em diversos países da América Latina. É exemplificativo o interesse da China por matérias-primas, como no caso do lítio que é um componente essencial para as baterias dos carros elétricos, celulares etc. Cada um à sua maneira procura tirar proveito da disputa comercial entre os Estados Unidos e a China, mas os resultados finais convergem para a desnacionalização e saque dos países semicoloniais, sejam eles mais avançados como o Brasil, ou mais atrasados como a Bolívia e o Peru. O caso da Avibras é sintomático porque expõe sem atenuantes a desnacionalização industrial.

A classe operária tem sua política própria diante da guerra comercial e da escalada bélica. O programa da revolução social responde à questão histórica da independência nacional das nações oprimidas e semicoloniais que são saqueadas pelo capital externo e suas forças produtivas submetidas ao atraso em relação aos avanços internacionais. A bandeira do POR diante da disputa do capital australiano (norte-americano) e chinês é a de estatização da Avibras, sem indenização e controle operário da produção. Essa bandeira não se limita a um caso, como o da Avibras, mas se estende a todo o grande capital externo e interno. Nesse embate, o Sindicato Metalúrgico de São José dos Campos, controlado pela CSP-Conlutas, se mostrou e se mostra incapaz de realizar uma campanha nacional pela estatização. Diante das demissões e do não pagamento dos salários, esteve colocada a ocupação da fábrica e a organização imediata de um movimento em todo o país em defesa da Avibras. Isso indica a adaptação de sua direção ao capitalismo em decomposição. O governo Lula pouca importância deu à bandeira de estatização porque não se viu diante de um movimento da classe operária e demais trabalhadores. Esse é um embate que traz à tona e exige a encarnação das diretrizes e os métodos da revolução social pelo proletariado.

Balanço sobre as “mortes violentas intencionais” em 2023

Retrato da barbárie social

Depois da enorme repercussão sobre a aprovação do regime de urgência na Câmara dos Deputados do PL do Estupro e do recuo de seu presidente Arthur Lira em não colocar imediatamente em votação, foi divulgado pelo 18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, o que se denomina “Mortes violentas intencionais” (homicídios dolosos, latrocínios, lesões corporais seguidas de morte e morte por intervenção de agentes policiais). Somam 46.328 mortes. Segundo a estatística, houve uma queda de 3,4% em relação a 2022 e 27,7% em referência a 2017.

Esses dados foram analisados com cautela na imprensa, uma vez que o contingente de mortos continua alto. Ressaltou-se o que já é bem conhecido. A maioria dos assassinados é de jovens, pobres e negros. A explicação também é de conhecimento recorrente: guerra entre as facções do narcotráfico como uma das principais

causas, por um lado, e a repressão policial, por outro. Verificou-se que, enquanto caía o número de mortes motivadas pelo crime, aumentava a provocada pela intervenção policial. Dá a entender que a manança levada a cabo pela polícia serviu para diminuir na outra ponta os assassinatos frutos da criminalidade. A ideia é a seguinte: o aparato da polícia militar foi mais eficaz para diminuir o universo das mortes, como se demonstra pela comparação com os anos de 2022 e 2017.

O fato é que houve uma escalada de violência policial que resultou nas mortes de 6.393 em 2023, sendo que se encontravam “estacionadas desde 2018”, quando se registraram 2.212 mortes. Os números deixam bem claro que está constituído no Brasil um Estado policial para responder à decomposição do capitalismo e o consequente avanço da barbárie social.

Os analistas de diversas procedências não podem reconhecer que o assassinato de 46.328 pessoas se deve à existência de milhões de famílias empobrecidas e miseráveis, graças ao desemprego, subemprego, informalidade, terceirização, salário mínimo muito aquém das necessidades da família e ganhos familiares muito abaixo do salário mínimo vigente. Essa dura realidade reflete a brutal exploração da força de trabalho e as travas ao desenvolvimento das forças produtivas nacionais que se acham condicionadas pela economia mundial em crise profunda.

Não se pode ignorar a responsabilidade da burocracia sindical que submeteu as organizações de defesa da vida das massas aos interesses econômicos gerais da classe capitalista e ao domínio da grande propriedade privada dos meios de produção.

A burguesia se mostra incapaz de solucionar o mar de pobreza e miséria que envolve a maioria oprimida e provoca em seu interior todo tipo de chagas sociais. O narcotráfico é parte estrutural da economia capitalista adocida e em estado avançado de empobrecimento. A fração burguesa narcotraficante se mantém firme enquanto milhares e milhares de jovens pobres e miseráveis são assassinados ou abarrotam os presídios.

O ideário reformista de diminuir o fosso entre a minoria altamente enriquecida e a ampla maioria, assumido pelo PT e experimentado por seus governos, fracassou e evidenciou o seu papel de manutenção do capitalismo em regressão. Lula pela terceira vez no poder não só não tem como obscurecer a barbárie social como se coloca com sua política assistencialista a evidenciá-la. Eis por que não lhe resta alternativa a não ser a de reforçar o aparato policial e judicial. Anunciou uma PEC que irá pôr em prática o Sistema Único de Segurança Público, criado em 2021 pelo governo Bolsonaro.

A política de colaboração da burocracia sindical, nas suas mais variadas versões de esquerda à direita, é responsável de alguma forma pelos descaminhos de milhões de jovens e dentre eles milhares que são arrastados para a criminalidade e se deparam com a ferocidade policial preparada para a matança.

Essa tragédia coloca às claras a necessidade de organizar o proletariado no terreno da independência de classe. Esse é o caminho para que encarne o programa de reivindicações – emprego a todos, salário mínimo vital, escolarização completa e total proteção à saúde – que de fato combata a pobreza, a miséria e as consequentes chagas sociais. Esse programa elementar de defesa da vida da maioria oprimida corresponde ao programa da revolução social, da luta dos operários, dos camponeses pobres e da classe média arruinada para derrubar a burguesia do poder e emancipar o país do domínio imperialista.

Violência contra LGBT+

O Anuário Brasileiro de Segurança Pública também apurou a violência que recai sobre as mulheres e pessoas “LGBTQIA+”, bem como sobre o racismo. Os estupros atingiram a marca de 83.988

casos (crescimento de 6,5%); a “importunação sexual” 41.371 (crescimento de 48%); “pornografia infantil” 2.790 ocorrências. Os assassinatos de pessoas “LGBTQIA+” foram de 214 (crescimento de 42%). Crimes de “injúria racial e racismo”, “cresceram em 2023. Com altas, respectivamente, de 13,5% (13.897 casos) e 127% (11.610 casos) nos registros”.

Esse quadro reflete a multiplicidade de violência e de opressão social. Está em pleno vigor a discriminação da mulher, dos negros, das LGBT+. E para agravá-lo, se registra a utilização de crianças para fins pornográficos. A opressão sobre os negros e as mulheres têm raízes históricas profundas. No caso da discriminação e violência contra as LGBT+, evidencia uma reação contra o movimento pela liberdade da vida sexual e pelos direitos civis. Sempre houve a incompreensão, que parte desde o seio da família. Ao ganhar a luz do dia na forma de um movimento internacional, a violência anteriormente oculta ou semioculta atinge proporções inauditas, como consta o registro do assassinato de 214 casos em 2023.

Não há como não reconhecer que a violência reacionária contra negros, mulheres, LGBT+ está interligada, apesar de suas particularidades. O que as interliga é a exploração capitalista do trabalho, a divisão de classes e a opressão social em geral. A burguesia, os governos das mais variadas tendências e seus analistas não podem ir às raízes, às causas primeiras e mais profundas dos fenômenos sociais como o estupro, o racismo e as discriminações sexuais. A resposta mais vigente é a da criminalização. Nota-se que a repressão judicial e policial pode atemorizar e até mesmo limitar, mas não tem como dar um direcionamento histórico-social para a solução de tal violência. Leis civilizatórias como a da Maria da Penha, Estatuto da Igualdade Racial e o Estatuto da Criança e Adolescente se mostram impotentes diante de um fenômeno tão amplo e matizado pelas particularidades.

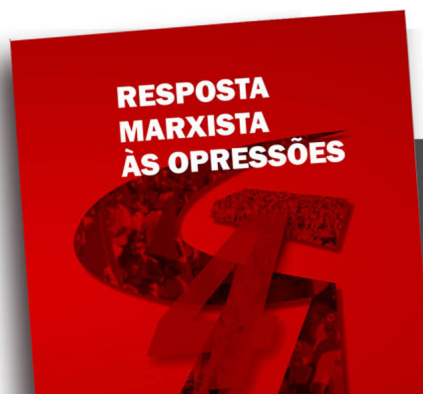
Os casos de estupros, injúria racial e assassinatos de LGBT+ podem aumentar ou diminuir de um ano para outro, mas sua preservação e sua tendência ao agravamento são mantidos. A explicação está em que as condições sociais para a sua reprodução continuam vigentes e avançando como parte da barbárie social que caracteriza o capitalismo em decomposição. Eis por que a política do proletariado responde ao fenômeno em seu conjunto e considera as particularidades em suas interrelações. Procura combater a ideologia burguesa que envolve a opressão social a partir de suas bases materiais.

A religião é um dos mais poderosos componentes da ideologia burguesa, principalmente em relação à mulher e à homossexualidade. Não por acaso, o PL 1904, que condena à prisão por 20 anos a mulher que realizar o aborto depois de 22 semanas de gestação por motivo de estupro, foi encabeçado pelo Partido Liberal e pela bancada evangélica, apoiada pela bancada católica. É preciso impedir que esse projeto obscurantista vá adiante. É o momento de organizar a luta pelo direito geral ao aborto, garantido pelo Estado e, portanto, pelo sistema de saúde pública.

Publicado o livro:

REPOSTA MARXISTA ÀS OPRESSÕES

As distintas opressões têm em comum a raiz de classe da opressão social. As suas particularidades exigem respostas que levem ao programa da revolução proletária. Este livro sustenta essa premissa marxista, que se choca frontalmente com o conservadorismo e o reformismo burgueses.



R\$ 35

ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR

Da polêmica sobre o PL 1904, emerge a necessidade de uma clara resposta de classe

Vários aspectos envolveram a discussão sobre o projeto que impede a mulher de realizar o aborto depois de 22 semanas de gestação por estupro. São eles: a criminalização da vítima de estupro, a ultralimitação da lei do aborto, a questão geral ao direito ao aborto e o lugar do estuprador. Os três primeiros aspectos dizem respeito diretamente à lei do aborto e à mudança pretendida pelo PL 1904. A legalidade do aborto no caso de estupro compõe com mais de dois casos que são: o perigo de vida da gestante e a anencefalia do feto. Os defensores do PL na realidade são contra o aborto em princípio por razões religiosas e morais. A questão do estuprador foi aventada justamente devido à penalidade. Os opositores questionaram uma pena tão alta – 20 anos – para a mulher que realizar o aborto quando o seu algoz teria uma pena menor. Como se vê, defensores e opositores se colocaram nos marcos da criminalização, sem, portanto, entrarem nas causas.

Agora, com a publicação do 18º Anuário de Segurança Pública se tornou obrigatório discutir o lugar do estuprador, uma vez que a dimensão da violência contra a mulher atingiu um ponto tão alto que aflorou inevitavelmente a questão social. As particularidades das ocorrências passaram a ter importância na observação do fenômeno geral. E nesse mesmo sentido compareceu a questão da criminalização como única solução apresentada pelo Estado. O caso particular do aborto legal por estupro lançou luz sobre a criminalização geral do aborto. E essa criminalização, por sua vez, evidenciou ainda mais a discriminação e a opressão sobre as mulheres. É ponto pacífico para os legisladores e a jurisprudência a criminalização do estuprador. Essa é a via fundamental apresentada pelo Estado burguês para coibir a violência contra a mulher.

As prisões estão cheias de condenados por estupro. São 37.870 encarcerados. Chama a atenção o fato de 628 mulheres serem condenadas pelo mesmo crime. Assim, segundo a informação do artigo “Brasil teve um registro de mulher estuprada a cada 6 minutos em 2023”, publicado na Folha de São Paulo de 19 de julho, a soma-tória perfaz 38 mil presos por estupro. É significativo o número 628 mulheres nessa condição. Basta esse universo de presos para se ter à vista uma enfermidade social que atinge milhares de mulheres e levam milhares de homens à prisão.

Descendo às particularidades do fenômeno se tem os seguintes traços: o maior número de estupro ocorre no interior da família praticado por parentes ou amigos, 60% dos casos infelicitam crianças menores de 14 anos, a maioria das mulheres violentadas é pobre e negra. O Código Penal diferencia casos para determinar os anos de detenção. Os casos mais graves são de estupros que levam à morte e de menores de 12 anos, arcando assim os estupradores com penas maiores. Os enquadrados no “estupro de vulnerável”, receberão uma detenção que poderá ser de 8 a 15 anos.

Já em 1940, quando se determinou o estupro como crime, o Código Penal estabeleceu a detenção de 6 a 10 anos. Se permanecer a tendência de crescimento dessa modalidade de crime – reconheceu-se que os 74.930 casos de estupro em 2022 foi o maior da série histórica, sendo que a apuração de 2023 foi de 83.988, portanto um aumento de 9058 casos -, os presídios terão uma afluência muito mais elevada de estupradores. Não temos a informação de quantos menores de 12 anos cometem o estupro. A sua penalidade está prevista no Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), que prevê “medidas socioeducativas”. É bem possível – não temos em mãos um estudo – que a maioria dos estupradores também seja de pobres e negros.

São significativas as avaliações e declarações da diretora executiva do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Samira Bueno. Conclui pelos dados que “os lares ficaram mais violentos”. Violências que se refletem contra crianças e adolescentes, “com aumento de 30,3% de maus-tratos na infância”. Indica que há uma “vitimização de bebês e crianças de zero a quatro anos”. O “pedido de medida protetiva” à mulher teve um aumento de 21,3%, em termos absolutos 663.704 casos.

Diante desse quadro dramático, Samira Bueno chega à seguinte conclusão: “(...) os dados demonstram que, medidas de acolhimento para mulheres são necessárias, porém é necessário estabelecer políticas para transformar os padrões de comportamento de homens, responsáveis pela maioria dos crimes”. (...) “Se não mudarmos esse comportamento e não conseguirmos envolver os homens nesse processo, vamos continuar falando de metade da população que está morrendo pela outra metade”. (...) “Quais são as respostas que damos? É quase como se esse homem fosse incapaz de lidar com o corpo feminino. É preciso falar de políticas em grande escala para lidar com os agressores”.

Trata-se do reconhecimento da falência civilizatória do capitalismo por meio da criminalização. Não tem faltado a apresentação de outra via que seria a da educação. A própria Samira Bueno, na apresentação do Anuário de Segurança Pública de 2022, vê a importância da educação sexual para “prevenir a violência e a discriminação de gênero”. Educadores e especialistas em educação vêm insistindo na implantação dessa via, paralela à da criminalização. No entanto, esbarram em um movimento contrário da fração ultradireitista da burguesia que age no sentido de “proibir a educação sobre gênero e sexualidade nas escolas”.

O PL do aborto é, entre muitas, uma reação do obscurantismo religioso. Não há dúvida de que seria um progresso civilizatório no seio do próprio capitalismo abrir a escola para o conhecimento científico da realidade social de onde emana uma miríade de enfermidades como a do estupro. Ocorre que o movimento burguês e pequeno-burguês que considera a necessidade de ver o porquê do lado violento de homens contra as mulheres não consegue enfrentar o aparato religioso e a mentalidade patriarcal que se assenta na divisão de classes e na propriedade privada dos meios de produção.

De passagem, indicamos o estudo “Relação entre crimes sociais e transtornos mentais e do desenvolvimento: uma revisão”, de Alexandre Martins Valença, Isabella Nascimento e Antônio Egídio Nardi, de 2012, constata que no estado de São Paulo, “cerca de 4% dos presos homens estão cumprindo sentença em virtude de crime sexual” e naquele momento se estimava que apenas cerca de 10% a 20% as ocorrências eram registradas nas delegacias, havia portanto uma enorme subnotificação. Assinala que “existem estimativas de que entre 10% e 16% dos homens e entre 20% e 27% das mulheres foram vítimas de abuso sexual na infância.” Esse tipo de violência merecia um estudo sobre “a relação entre crimes sexuais e transtornos mentais e do desenvolvimento (retardo mental)”. A pesquisa abrange vários países. O que nos importa no limite dessas considerações é a seguinte conclusão: “é importante a detecção e tratamento da morbidade psiquiátrica entre agressores sexuais nos sistemas de saúde e de justiça criminal, o que pode contribuir para menor risco de reincidência”.

Como se pode ver, a condição de estuprador merece cuidado especial do Estado e do sistema de saúde pública. No entanto, impera a criminalização. As reivindicações e as bandeiras particulares a esses fenômenos de opressão de classe somente pode ser encarnadas pelo proletariado independente e organizado no partido que tem por base em sua prática a revolução social.

Fortaleza

Eleitoralismo escancarado na disputa pela prefeitura municipal

A corrida para a prefeitura municipal está a todo vapor. As legendas já lançaram seus candidatos e a corrida pelo voto não diferencia os partidos eleitores, sejam da esquerda ou direita burguesas.

As últimas pesquisas de intenção de voto têm confirmado a liderança do bolsonarista envergonhado Capitão Wagner (União Brasil), com 33% das intenções de voto. Wagner tem buscado, desde a última eleição, se descolar da imagem de Bolsonaro e transitar para uma posição de centro-direita a fim de alcançar uma maior fatia do eleitorado. O atual prefeito de Fortaleza, José Sarto (PDT) aparece em segundo lugar com 16% das intenções de voto. Sarto é o candidato da oligarquia Ferreira Gomes, apoiado pessoalmente por Ciro. O deputado André Fernandes (PL), que aparece em terceiro lugar com 12% das intenções de voto, é o candidato oficial do bolsonarismo e, ultimamente, tem atacado Wagner com quem disputa os votos da extrema direita na capital. Em quarto lugar desponta o candidato da coligação governista Evandro Leitão (PT) com 9% das intenções de voto. Leitão tem o apoio oficial do governador Elmano Freitas e do Presidente Lula e dispõe de uma formidável máquina propagandística e financeira. Evandro Leitão até há pouco filiado ao PDT migrou para o PT numa operação calculada por seu padrinho, Cid Gomes/PSB e pelo próprio Camilo Santana. O ingresso de Leitão com vistas a ser o candidato da legenda provocou mal-estar nas fileiras do PT. A força da máquina governamental, porém, se impôs na convenção eleitoral sobre as pretensões de Luizinne Lins e demais postulantes à Prefeitura (Guilherme Sampaio, Larissa Gaspar etc.).

A disputa eleitoral conta ainda com a candidaturas de Célio Studart (PSD) que tem 8% das intenções de voto e do odiado senador ultradireitista, Eduardo Girão (Novo), que alcançou 5% das intenções de voto. Entre as esquerdas PSOL, PSTU e UP lançaram suas candidaturas com, respectivamente Técio Nunes, Zé Batista e Haroldo Neto. O PSOL integra o governo do estado de maneira envergonhada e informal, enquanto a UP mantém uma relação de 'independência' com apoio crítico aos governos Elmano/Lula. O PSTU que se coloca como oposição aos governos municipal, estadual e federal, exibe seu eleitoralismo costumeiro e busca se reconstituir como burocracia sindical de esquerda. Sua candidatura não expressa a unidade dos movimentos e correntes que se colocam pela independência de classe e pela revolução social.

O POR, que não tem como intervir nas eleições com candidaturas próprias e na ausência de um movimento unificado (sobre a base da democracia operária) que discuta um programa e tática de intervenção eleitoral com o objetivo de organizar os explorados sob a bandeira da independência de classe, intervém nas eleições com o voto nulo em defesa do programa de reivindicações e pela construção do partido revolucionário. As eleições burguesas, campo de disputa próprio das frações capitalistas para decidirem quem governará em seu nome, são um engodo para iludir os oprimidos e desviá-los do caminho da luta. Não há solução para os problemas da maioria explorada, senão pela via da ação direta que aponte a perspectiva da revolução proletária e a constituição de um governo operário-camponês. Eis o programa que deve ser defendido pelos trabalhadores e juventude oprimida neste momento.

Boletim Nossa Classe

Campanhas do POR


Partido 

NOSSA CLASSE

Pela organização independente dos trabalhadores!
Sob o programa da revolução proletária!

Boletim Sindical do Partido Operário Revolucionário

Ano XX - Julho de 2024

 (11) 95446-2020

nossa.classe@hotmail.com | pormassas.org
@massas.por | anchor.fm/por-massas


Boletim Nossa Classe Pernambuco

Privatização da CBTU: Organizar a luta!

A categoria metroviária está desiludida. As promessas eleitorais de que Lula interromperia o plano privatista de Bolsonaro mostraram-se como pura enganação. As promessas alimentadas pela diretoria do Sindmetro de que a CBTU e Tresurb seriam retiradas do Plano Nacional de Desestatização (PND) "no máximo em abril", mostraram-se como apenas um boato. Quando se alimenta ilusões sem base na realidade, a frustração só vai crescendo.

Não podemos mais acreditar em promessas e boatos. Nenhuma confiança nos politiquês que, a cada dois anos, vêm pedir votos e depois viram as costas.

O plano privatista está em marcha. Em dia 21 de fevereiro, a governadora de Pernambuco, Raquel Lyra (PSDB), se reuniu com o ministro da Casa Civil do governo Lula, Rui Costa (PT), o tema foi mantido em segredo. Tudo indica, porém, que a privatização do metrô esteve na pauta. No mesmo sentido, nos dias 26, 27 e 28 de fevereiro, a CBTU Recife recebeu uma visita do BNDES, governo de Pernambuco, TCU e o TCE, como parte dos estudos do BN-

DES para a "modelagem" da privatização do metrô. O sindicato foi excluído da visita. Em 17 de julho, em um seminário sobre infraestrutura urbana, a governadora voltou a falar da estadualização do metrô, como passo da privatização. Anunciou: "O que está se modelando é uma concessão sendo planejada pelo BNDES, esse projeto está em concepção desde 2018, paralisou, mas foi retomado agora e é colocado como prioridade dentro do PAC".

Não há espaço para dúvidas. O governo Lula/Alekmin, junto com o governo de Raquel Lyra tramam a privatização. A página do BNDES enumera as etapas da destruição da empresa pública. O caso de BH mostra a tragédia que isso significa para os trabalhadores, sejam eles metroviários ou usuários do transporte coletivo.

Muita ilusão também foi semeada em torno do Acordo Coletivo Especial, que é um tipo de aceitação da privatização e tentativa de salvar a pele de parte da categoria, deixando para trás a imensa maioria.

Perder as ilusões é parte do processo da luta. Em troca da ilusão, precisamos desenvolver a nossa consciência de classe. Precisamos confiar em nossas forças e métodos de luta. Planejar nossas ações, unir a categoria com os demais trabalhadores e preparar a

greve da categoria. O balanço da última greve mostra a importância de ser uma greve ativa e radicalizada. Com total independência perante o governo. Sob o controle de um comando de greve eleito na assembleia.

Boletim Nossa Classe – Rio Grande do Norte

O Boletim de julho trouxe quatro notas. A primeira, se refere ao reajuste salarial do setor têxtil; a segunda, faz parte da campanha para que o governo Lula revogue as contrarreformas trabalhista e previdenciária e a lei da terceirização; a terceira, traz a formação política sobre os sindicatos; a quarta, a denúncia contra o massacre do povo palestino pelo Estado sionista de Israel.

Reproduzimos abaixo as duas primeiras notas:

Patrões impõem reajuste miserável de 3,23% aos operários têxteis

Neste ano, os operários têxteis do RN sofrem novamente com reajustes miseráveis. O reajuste de 3,23% mantém os operários na miséria, e logo será corroído pela inflação. Dessa forma, os patrões continuam lucrando milhões às custas da superexploração dos operários.

O Boletim Nossa Classe defende um salário mínimo vital, que seja suficiente para garantir as condições básicas de vida de uma família operária. É preciso organizar a luta, nas fábricas, a partir das assembleias democráticas, que aprovem o caminho da luta. Somente com a ação direta (paralisações, greve e manifestações) é que a classe operária conseguirá defender os seus salários e direitos.

Que o governo Lula revogue imediatamente as reformas trabalhista, previdenciária e a lei da terceirização

Lula está no comando do país, mas se recusa a revogar as contrarreformas dos governos Temer e Bolsonaro. Nós, trabalhadores, continuamos amargando o pão que o diabo amassou com a terceirização, lay-off, banco de horas e demissões. O salário mínimo continua de fome, a reforma trabalhista continua arrancando nossos direitos, a terceirização avança por todos os setores e para conseguir uma aposentadoria se tornou um martírio para milhões de trabalhadores.

O Boletim Nossa Classe chama os operários a exigirem que as direções sindicais convoquem as assembleias e que unifiquem a campanha salarial. Além da reposição salarial, essa campanha tem de exigir que o governo Lula revogue as reformas de Temer e Bolsonaro. No entanto, essa exigência só poderá ser concretizada se as assembleias aprovarem a organização, desde já, da greve. Sem a luta direta, nem os patrões, nem Lula atenderão nossas justas reivindicações.

São Paulo

Realizado mais um Encontro operário no ABC

No dia 30 de junho, o POR realizou o Encontro Operário no ABC Paulista, reafirmando o objetivo organizar os contatos operários da região para construir as comissões de fábricas classistas e revolucionárias nas fábricas.

Na primeira parte, discutiu criticamente as campanhas feitas pelo partido através do Boletim Nossa Classe. Foi destacado a importância da campanha em defesa das assembleias gerais, fim da divisão em grupos, por uma só pauta de reivindicações e pelo salário mínimo vital, calculado pelos próprios trabalhadores, na campanha salarial que está acontecendo nos metalúrgicos do ABC e São José dos Campos. Isso porque, ambas burocracias da CUT/PT e da Conlutas/PSTU dividem os metalúrgicos e se limitam a reivindicar o reajuste do INPC e aumento real, e concluem aceitando as migalhas oferecidas pela patronal, enquanto a maioria dos trabalhadores permanecem com um piso salarial de fome.

Outro problema debatido foi o da situação da Avibras. Empresa nacional estratégica que fábrica mísseis e blindados, que demitiu trabalhadores, atrasou salários e pode ser comprada por uma empresa australiana ou chinesa. A discussão deixou claro o caráter entreguista do governo burguês de Lula e a traição da burocracia

sindical da Conlutas/PSTU, que em palavras defende a estatização, mas não se esforça por organizar uma luta unificada por meio da ação direta, como única forma de defender a estatização, sem indenização aos capitalistas e sob o controle operário coletivo da Avibras.

Na segunda parte do Encontro, houve a formação política. Utilizou-se o texto "Organização operária em comissões de fábrica", documento do Encontro operário de fevereiro de 2004. O texto inicia mostrando que as comissões de fábricas foram criadas no terreno da luta de classes pelo proletariado. Por isso, as comissões não são uma particularidade deste ou daquele país, deste ou daquele ramo de produção. A exploração da força de trabalho obriga a classe operária, em qualquer lugar, a se organizar pela base para enfrentar a organização patronal e sua capacidade de repressão. A luta grevista é o método de ação que dá ao proletariado força coletiva para resistir à exploração e opressão capitalista. O texto mostra que as verdadeiras comissões de fábricas, que também podem ser chamados de comitê de fábrica, constituem um poder operário contraposto à propriedade privada e apropriação individual da classe capitalista. Que seu fortalecimento leva a colocar um duplo poder: o do proletariado que encarna a produção cole-

tiva, cooperada, social e a do capitalista que é o proprietário dos meios de produção, explora a força de trabalho e acumula capital. Nesse ponto, destacou-se que a política de conciliação da burocracia reformista e centrista é o principal obstáculo para o avanço da luta de classes e a construção das comissões de fábricas classistas e revolucionárias, como organismos de duplo poder do proletariado. O texto conclui que a luta pela independência da organiza-

ção fabril constitui um trabalho revolucionário. Que nas condições atuais de decomposição do capitalismo e de desenvolvimento do proletariado, as comissões de fábricas expressam o controle da produção social contra a camisa de força das relações de produção baseadas na propriedade privada dos meios de produção, só podem ser resultado da ação consciente da vanguarda, portanto da fração proletária que domina o programa da revolução socialista.

São Paulo - Boletim Nossa Classe denuncia

Cinpal confisca salário de operários

Durante a entrega do Boletim Nossa Classe na Cinpal alguns operários denunciaram que a empresa está pagando os salários com valores abaixo do devido e, além de não dar explicação, não entrega os holerites. Os valores confiscados são diversos, chegando até R\$ 500,00 de descontos. Os operários informaram que a nova direção da empresa está implantando diversas mudanças, como a terceirização de vários setores da fábrica. Outra denúncia recente dos companheiros foi que receberam este ano apenas R\$ 140,00 de PLR. A empresa, como sempre, mente dizendo que “não foi atingido todas as metas”. A PLR, como já denunciamos, é uma forma dos patrões não aumentarem os salários. O valor da PLR não é contabilizado nas férias, 13º, aposentadoria etc. As metas servem para os patrões colocarem trabalhador contra trabalhador, pressionar os operários para que trabalhem inclusive doentes, para produzirem mais. Ao patrão só interessa o lucro.

A falta de uma comissão de fábrica, que organize a luta dos trabalhadores no chão de fábrica, é o que permite ao patrão na Cinpal confiscar o salário dos operários, terceirizar setores para rebaixar salários e retirar direitos; pagar um valor miserável de PLR; não pagar horas-extras e outros ataques. Frente a todos estes problemas, que devem ser encaminhados e resolvidos de forma coletiva, a direção traidora do sindicato foi à fábrica e fez o jogo do patrão, dizendo que era necessário ver “caso a caso” o erro no pagamento dos salários e que não poderia representar os terceirizados.

O Boletim Nossa Classe diz que uma direção sindical classista tem de organizar a luta coletiva e não dividir os trabalhadores, que só fortalece o patrão! Chama os operários a exigirem que o sindicato convoque uma assembleia geral dos trabalhadores para organizar a luta em defesa das seguintes reivindicações: 1) Pagamento de todos os descontos realizados nos salários; 2) Fim do acordo de banco de horas; 3) Incorporação da PLR aos salários; 4) Redução da jornada de trabalho, sem redução de salários, pela divisão das horas necessárias para produzir nacionalmente, entre todos os trabalhadores, aptos ao trabalho (escala móvel das horas de trabalho), para garantir emprego a todos os trabalhadores aptos ao trabalho, empregados e desempregados. Não podemos nos matar de trabalhar, perder nossa saúde na linha de produção, fazendo horas-extras, enquanto existem milhões de trabalhadores desempregados; 5) Salário mínimo vital, que seja suficiente para manter os trabalhadores e suas famílias. É parte dessa luta o combate contra a terceirização, que divide os operários. Unificar a luta dos terceirizados e efetivos. É preciso erguer a luta local e nacionalmente em defesa da imediata efetivação de todos os trabalhadores terceirizados! Construir em todas as fábricas e sindicatos as comissões de luta, classista e revolucionárias para expulsar a burocracia vendida e resgatar o sindicato para a luta em defesa dos empregos, salários e direitos, pelo fim da exploração da força de trabalho.

Paralisação dos Terceirizados da Vigilância obriga Reitoria a assumir o pagamento direto dos salários e benefícios

Os trabalhadores terceirizados da vigilância da Universidade Federal do ABC (UFABC) cruzaram os braços no dia 26 de julho. A paralisação se deu após mais de vinte dias de atraso no pagamento do salário, vale-alimentação e vale-refeição referente ao mês de junho. Devido à paralisação ocorreu uma reunião emergencial entre Reitoria, Sindicatos dos Vigilantes de Santo André e São Bernardo e líderes de equipes/plantões de vigilantes, na qual a Reitoria se comprometeu a pagar diretamente os trabalhadores, a partir da anuência oficial dos sindicatos com relação às folhas de pagamento enviadas pela empresa Lógica - Segurança e Vigilância.

Essa primeira paralisação de trabalhadores terceirizados da UFABC mostrou a força coletiva dos trabalhadores que levou à pronta movimentação das burocracias acadêmicas e sindicais.

O atraso no pagamento se deu pelo calote da empresa e pela postura da Reitoria, junto a Procuradoria Federal, de evitar ao máximo o pagamento direto aos trabalhadores e condicioná-lo à autorização da empresa ou dos sindicatos da categoria. Com isso, a burocracia acadêmica evita assumir riscos, preservando-se de possíveis questionamentos jurídicos. Nas últimas semanas, a Reitoria pagou faturas recentes à empresa, mesmo sem a obrigação legal e diante do quadro de bloqueio das contas da empresa, atendendo as solicitações do Sindicato dos Vigilantes de Santo André que atua como um agente patronal.



Os trabalhadores decidiram paralisar sem qualquer deliberação oficial do sindicato, visto que as direções sindicais deram de ombros à organização independente dos trabalhadores. Durante a paralisação, sem qualquer pudor, um diretor do sindicato declarou: “nunca aconselho trabalhador nenhum entrar em greve porque empresas têm dificuldades”.

A Corrente Proletária na Educação (CPE/POR) incentivou e se integrou à paralisação, fortalecendo a solidariedade de classe junto aos servidores e estudantes. O diálogo com os vigilantes possibilitou a construção de uma Carta de Reivindicações, que reproduzimos abaixo. Diante da pauta emergencial, a Carta acabou sendo marginalizada, mas o documento aprovado pelos vigilantes se caracteriza como uma importante arma política à continuidade da mobilização.

Carta de Reivindicações dos Empregados Terceirizados da Vigilância da UFABC

Estamos há mais de 20 dias sem receber salário, vale-alimentação e vale-refeição. É o terceiro mês consecutivo com atraso no pagamento do vale-alimentação. Em 16 anos de UFABC já se perderam as contas de quantas vezes ocorreram situações como essa. A reincidência indica que não vem sendo tomadas medidas para inibir essa situação dramática.

Toda vez é a mesma coisa. A empresa responsabiliza a Reitoria. A Reitoria responsabiliza a empresa. Enquanto isso continuamos sem a nossa fonte de subsistência, submetidos à fome e ao despejo e sem poder pagar as contas. Por vezes ficamos completamente desinformados, sem sequer saber o motivo do atraso. Não aguentamos mais esse descaso.

Prestamos um serviço essencial para o funcionamento da universidade e a violência causada pela falta de direitos básicos não atinge apenas a nós vigilantes, mas ao conjunto da comunidade universitária, exposta a situações desnecessárias e inseguras. Por isso, para resolver essa situação, apresentamos nossas reivindicações:

Pauta prioritária - urgente:

1) Pagamento imediato dos salários e benefícios atrasados e do Programa de Participação nos Resultados (PPR), incluindo indenização, conforme Convenção Coletiva de Trabalho (CTT);

Demais itens da pauta:

- 2) Garantia de que não haverá mais atrasos nos pagamentos dos nossos salários e demais direitos;
- 3) Nota pública da Reitoria informando a situação à comunidade universitária e à sociedade;
- 4) Compromisso de que não haverá perseguição ou retaliação aos vigilantes;
- 5) Presença de pelo menos um vigilante de cada campus, eleito por seus pares, nas reuniões com os sindicatos e empresas de vigilância;
- 6) Obrigatoriedade da disponibilização mensal do holerite;
- 7) Ampliação do quadro de pessoal da área de segurança, de acordo com as necessidades institucionais;
- 8) Garantia de representação da UFABC no próximo Seminário Nacional de Segurança das IFES e EBTTs;
- 9) Divulgação da Política de Segurança da UFABC;
- 10) Esclarecimentos sobre eventuais ações tomadas pela gestão da UFABC a favor da igualdade de direitos trabalhistas e/ou contrárias as medidas privatistas e de precarização do trabalho;
- 11) Efetivação como parte do quadro de servidores técnico-administrativos em educação.

Resposta do Boletim Nossa Classe à fome

48 milhões de brasileiros passam fome

A FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura) e agências parceiras (Fida, PMA, OMS e Unicef) lançaram no dia 24 de julho a edição anual do relatório “O Estado da Segurança Alimentar e Nutrição no Mundo”.

No recorte por país, foi divulgado que, entre 2021 e 2023, 8,4 milhões passaram fome no Brasil. Acrescenta-se a esse número 39,7 milhões de indivíduos que, segundo eles, encontraram-se em estado de “insegurança alimentar”, sendo 25,4 de modo “moderado” e 14,3 de modo “severo”.

Sabemos que subdivisões como essa nada mais são que uma forma da burguesia eufemizar o grave quadro da miséria promovida pelo capitalismo no mundo, portanto podemos dizer que na realidade foram cerca de 48 milhões de brasileiros com fome no período, o que significa mais de 22% da população do país, ou seja, a cada 100 pessoas no Brasil, pelo menos 22 não têm alimentação mínima garantida para sobreviver, passam por desnutrição e falta de água potável.

A título de comparação, no cenário global esse índice total (fome + “insegurança alimentar”) chegou perto de 38% em 2023, algo aterrador.

Apesar de todas as campanhas hipócritas e da meta fantasiosa da ONU de erradicação da fome até 2030, em todo o planeta, o principal indicador da FAO ainda nem recuperou os níveis anteriores à pandemia, quando a fome deu um salto.

A divulgação oficial do estudo ocorreu no Rio de Janeiro, como parte do lançamento da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, principal projeto brasileiro no G20. No evento, Lula se comprometeu a tirar o Brasil do mapa da fome até o fim do seu terceiro mandato, em 2026. Mais uma de suas promessas vazias. Fez apelos humanitários aos dirigentes ao redor do mundo, pedindo que olhem para os pobres. Seguindo ele, basta apenas “disposição política”, pois não faltam recursos. Faltou explicar como fará isso

ao mesmo tempo em que se subordina ao capital financeiro. Ao mesmo tempo que não foi capaz de cumprir suas promessas de campanha eleitoral, que não revogou as contrarreformas trabalhista e previdenciária, que aplica o arcabouço fiscal, que financia as privatizações, que mantém um salário mínimo de miséria etc., o que demonstra ser, no plano econômico, um governo não de ruptura, mas de continuidade dos anteriores.

O governo se utiliza de avanços em relação aos dados do período de 2020-22 no Brasil, quando a fome atingia cerca de 80 milhões de brasileiros. Não se pode ignorar, contudo, que tratava-se do período pandêmico.

Alimentar as ilusões nas falsas soluções burguesas para o problema crônico da fome sob o modo de produção capitalista é ser inimigo das massas. A raiz do problema está na concentração de riqueza na mão de poucos, sobrando a miséria nas mãos da maioria. Se apoiar em propostas como a “cooperação voluntária para o desenvolvimento” e “conscientização” de líderes mundiais, ao invés de se apoiar na luta de classes e na força dos explorados, diz muito sobre o caráter de classe do governo.

Só se pode ser consequente na tarefa de erradicação da fome na defesa e na construção da revolução proletária e do socialismo. Para isso, é preciso seguir o caminho da independência de classe, combatendo o governismo e a crise de direção nos sindicatos, que quebram a disposição de luta dos trabalhadores. O POR vem chamando as organizações para a necessidade da convocação de um Dia Nacional de Luta, sob os métodos e as bandeiras mais elementares da classe operária e demais oprimidos, como a defesa do salário, do emprego, a revogação das contrarreformas e fim das guerras de dominação, de forma que unifique os explorados e se levante um grande movimento, capaz de enfrentar a burguesia e a barbárie capitalista em todas as suas manifestações, como a da fome.

Boletim Nossa Classe se solidariza com a luta dos operários

O significado da greve da Samsung na Coreia do Sul

Operários da gigante Samsung, na Coreia do Sul, deflagraram greve geral por tempo indeterminado no dia 10 de junho. Com isso, a corporação passa pela maior greve de sua história. O Sindicato Nacional Samsung Electronics (sindicato dos operários da Samsung, NSEU), que sequer existia até o ano de 2019, anunciou uma adesão de mais de 6.500 operários à paralisação. O movimento vem tomando força desde a primeira greve de 3 dias em junho. Os trabalhadores denunciam as constantes ameaças da empresa aos salários e empregos e reivindicam, além de um aumento no salário-base de 5,6%, bônus transparentes e igualitários entre executivos e operários, um dia de folga em homenagem a fundação do sindicato e reposição das perdas econômicas durante a greve. A Empresa, um dos maiores conglomerados capitalistas da Ásia, tem rejeitado qualquer negociação e afirmou que não haverá prejuízos em suas unidades já que a maioria dos processos da linha de produção são automatizados. O sindicato afirmou que “acredita na vitória” e garantiu a interrupção da linha de produção.

A greve na Samsung tem um significado importante. A alta lucratividade das indústrias ligadas à inovação tecnológica e

microeletrônica não tem como deixar de se ancorar na profunda exploração do trabalho. Os ataques aos salários e às condições de trabalho expressam que, em todo mundo, a burguesia não pode prosseguir com seus negócios sem recorrer, cada vez mais, à destruição das condições de vida das massas. Os operários sul-coreanos da Samsung conquistaram um feito importante em sua história: erguer seu sindicato e lançar mão do método da ação direta. Para que a categoria conquiste suas reivindicações será preciso a ampla unidade na luta, a solidariedade ativa do conjunto dos explorados da Coreia do Sul e apoiar-se sobre os métodos próprios da classe operária. Contudo, independentemente dos resultados da greve, a tarefa mais urgente dos explorados sul-coreanos continua a ser a de construir seu partido próprio revolucionário, como parte da IV Internacional. Que os operários industriais em greve assimilem esta importante lição da luta de classe a partir de suas próprias experiências. Viva a greve dos operários da Samsung! Todo apoio à luta dos operários da Coreia do Sul!

Governo Lula judicializa greve dos trabalhadores do INSS

A Greve Nacional dos Trabalhadores da Seguridade Social iniciada em 16 de julho atingiu 24 unidades federativas em uma semana. Prontamente, o governo burguês de Lula/Alckmin recorreu ao STJ (Superior Tribunal de Justiça) para atacar o direito de greve e criminalizar o movimento. Apoiando-se na legislação antigreve, de um lado, a Direção do INSS solicitou o corte de ponto dos grevistas e, de outro, a AGU (Advocacia-Geral da União) solicitou a ilegalidade e retorno ao trabalho, alegando se tratar de serviço essencial.

O ataque do governo Lula ocorre diante do corporativismo das direções sindicais colaboracionistas que bloqueiam a luta unificada pelo direito irrestrito de greve e contra as políticas de austeridade fiscal. É preciso derrotar a política governista unificando as lutas em curso.

*Abaixo a judicialização e criminalização do movimento grevista!
Todo apoio à greve dos trabalhadores do INSS!*

#75 JUL/2024



JUVENTUDE EM LUTA

BOLETIM DA CORRENTE PROLETÁRIA SECUNDARISTA

pormassas.org | @massas.por | anchor.fm/por-massas | ☎ (11) 95446-2020



São Paulo

Boletim Juventude em Luta

O Boletim Juventude em Luta (número 75) traz duas grandes campanhas: contra o projeto das escolas cívico-militares em SP e contra a nova reforma do ensino médio.

No primeiro caso, o Boletim destaca cinco motivos para os estudantes e as comunidades escolares como um todo rejeitarem a proposta de militarização: 1) a militarização não resolverá os problemas da violência, da indisciplina e da baixa aprendizagem; 2) o projeto está sendo imposto de forma autoritária e truculenta; 3) O governo quer usar a PM, uma instituição violenta, racista e assassina para supostamente “acabar” com a violência nas escolas; 4) na prática, prevalecerá o autoritarismo típico dos quartéis, eliminando o pensamento crítico e liberdade de pensamento e 5) nas escolas militares não há liberdade para a organização independente dos estudantes (e dos professores e funcionários).

A seguir, o Juventude em Luta apresenta a defesa de um sistema único de ensino público, gratuito, laico, vinculado à produção social (unidade entre teoria e prática), para todos e em todos os níveis, e sob o controle dos que estudam e trabalham. E conclui esse artigo com a exigência às direções dos movimentos (estudantil e sindical) para que convoquem a luta centralizada contra o projeto, com o método da ação direta das massas.

O segundo artigo defende a revogação do Novo Ensino Médio. As alterações limitadas promovidas pelo projeto recém-aprovado no Congresso Nacional, e que aguarda a sanção do presidente Lula, preservam a essência privatista e destruidora do ensino público, reforçando a crise da Educação brasileira. O Boletim é encerrado com a defesa da retomada das grandes manifestações de rua pela revogação integral e imediata do NEM.



O “Novo” Novo Ensino Médio mantém a essência privatista e de ataque à Educação pública **É preciso retomar a luta nas ruas pela revogação imediata e integral do NEM!**

Que Lula revogue o Novo Ensino Médio de Temer, maquiado no Congresso Nacional!

Histórico do projeto

No dia 9/7, a Câmara dos Deputados aprovou, por 437 votos a 1, a versão final do projeto do Novo Ensino Médio (NEM). A trajetória do projeto vem desde 2017, no governo golpista de Temer, quando foi aprovada a sua primeira versão. Coube a Bolsonaro iniciar a sua aplicação, tendo recebido inúmeras críticas de estudantes e de professores como um todo. Já no governo Lula, dadas as críticas, passou-se a debater mudanças no projeto. Desde então, o texto do Projeto de Lei (PL) nº 5.230/2023 passou pela Câmara e Senado, voltou à Câmara, e agora aguarda a sanção do presidente Lula.

Como se vê, o NEM já percorreu um longo caminho, demonstrando a dificuldade dos governos em acomodar a pressão dos diferentes setores, além de se defrontar com as dificuldades impostas pela própria realidade do sistema educacional no país. Considerando o fato de que a aprovação da nova Lei tenha se dado no meio de 2024, a expectativa é de que várias das mudanças propostas terão de aguardar 2026, levando a sua implantação a quase completar uma década.

As limitadas alterações da versão recém-aprovada

Eis os pontos principais:

- A nova Lei manteve a separação do ensino médio em duas partes: a parte comum e os chamados itinerários formativos. A primeira parte – que abarca disciplinas obrigatórias - terá um aumento de 1.800 para 2.400 horas anuais. A carga horária anual dos chamados itinerários formativos, portanto, cairá para 600 (atualmente são 1.200h).

- Os cinco itinerários formativos previstos são: Matemática, Linguagens, Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Sociais, além da Formação Técnica e Profissional. As Secretarias de Educação, no caso da rede pública, vão estabelecer os itinerários ofertados, mas cada escola deverá ofertar no mínimo dois itinerários - exceto aquelas que oferecem ensino técnico. Na rede privada, cada colégio decidirá como cumprir a regra. As especificidades de indígenas e quilombolas terão de ser respeitadas.

- Para a Formação Técnica e Profissional, foi definida uma nova carga horária: aumentará de 1.800h para 2.100h a carga de disciplinas obrigatórias (300 dessas horas podem ser destinadas a conteúdos da BNCC relacionados à formação técnica); para a parte específica do ensino técnico, a carga horária diminuirá para 900 horas (mantido o “notório saber” como critério para a contratação desses docentes).

- A disciplina de Espanhol não será obrigatória.

- Merece destaque o ataque ao curso noturno: cada município deve ter, pelo menos, uma escola da rede pública que ofereça ensino médio regular à noite, mas apenas se houver procura por parte dos estudantes. Na prática, essa medida acelerará e muito a liquidação das turmas do noturno, que atendem especialmente os estudantes-trabalhadores, ou seja, aqueles que necessitam vender a sua força de trabalho para ajudar no sustento da família e ainda não concluíram os estudos.

Essência privatista e de ataque à Educação pública

Ocorre que, apesar das alterações sofridas, a sua essência permanece intocada: trata-se de mais uma das contrarreformas aprovadas desde o golpe de Estado de 2016, ao lado das contrarreformas trabalhista, previdenciária e da Lei da Terceirização, revelando um caráter de ataque ao ensino público e de ampliação e aprofundamento dos interesses privatistas. É importante frisar esse aspecto, pois o governo Lula alimentou e ainda alimenta muitas ilusões de que pode jogar um papel progressista em relação à Educação. Os fatos, porém, têm desmontado tal expectativa.

A análise da versão recém-aprovada demonstra que, mesmo sob o governo petista, nenhum dos pilares da contrarreforma imposta por Temer foi derrubado. Foram mantidos: 1) o avanço da privatização e da terceirização; 2) a coexistência dos sistemas público e privado; 3) a excrescência do ensino a distância (EaD) e a plataformização; 4) o falido ensino de tempo integral; 5) a liquidação dos cursos noturnos (regular e EJA); 6) a insuficiência orçamentária; 7) a substituição dos docentes por quem comprove “notório saber”, entre outros problemas. Todos esses fatores reforçam a falência do ensino brasileiro.

Crise da Educação brasileira

Segundo o Censo Escolar de 2022 (IBGE), o Brasil tem 6,9 milhões de estudantes no ensino médio em escolas públicas e 971 mil em instituições privadas. De acordo com o levantamento, 5,6% da população do país com 15 anos ou mais, o que equivale a 9,6 milhões de pessoas, não sabiam ler ou escrever. A pesquisa mostra ainda queda no percentual de crianças de 4 a 5 anos frequentando a escola: foi de 92,7% em 2019 para 91,5% em 2022. Um dos dados mais alarmantes, revelador da barbárie que grassa sob o capitalismo, é o da chamada juventude “nem nem”: são 36% dos jovens brasileiros, com idade entre 18 e 24 anos, que não estudam e estão sem trabalho. O Brasil é o segundo de um ranking com 37 países, ficando atrás apenas da África do Sul.

Os dados são abundantes, mas é desnecessário continuar discorrendo sobre eles, afinal, a realidade é por demais conhecida. O mais importante é que uma verdadeira reforma deveria incidir sobre esses indicadores, de maneira a mitigar seus efeitos nocivos. E é justamente esse o ponto nevrálgico da questão: a experiência está demonstrando cabalmente aquilo que o marxismo já havia indicado há tempos, que na época em que vivemos, que é a do imperialismo, fase última do capitalismo, não há condições para reformas progressivas. Pelo contrário, é um período de decomposição, de quebras econômicas cada vez mais agudas, de guerras, revoluções e contrarrevoluções. Em outras palavras, o imperialismo é a época das contrarreformas.

O “novo” NEM confirma essa tese. Longe de constituir um passo adiante no sentido da superação dos graves desequilíbrios e defasagens, que são de caráter estrutural, essa contrarreforma constitui uma medida que aprofunda a verdadeira raiz do problema, que se encontra na separação entre teoria e prática, entre o sujeito e o objeto do conhecimento, separação instituída

pelo capitalismo, com o divórcio entre o trabalho intelectual e o manual. A grande propriedade privada dos meios de produção impede o entroncamento entre a ciência e a produção social, daí o caráter memorístico, arcaico e anticientífico da escola sob o capitalismo.

Retomar a luta nas ruas pela revogação do NEM

Cabe aos estudantes e seus familiares, além de professores e funcionários, retomarem o caminho da luta nas ruas, com o método da ação direta, pela revogação integral e imediata do NEM. É preciso lançar a exigência às direções das entidades estudantis (UNE, UBES etc.), dos sindicatos e da CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação) para que convoquem urgentemente as suas reuniões de base e assembleias, formem os comitês unitários e tomem todas as medidas necessárias para mobilizar os explorados.

O obstáculo, contudo, está precisamente na política governista das direções estudantis e sindicais, a grande maioria ligada ao PCdoB, PT, PSOL e UP. Durante todo o processo de tramitação no Congresso Nacional nada foi feito no sentido da retirada do Projeto.

A UBES (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas), por exemplo, dirigida há mais de 30 anos pela UJS/PCdoB, se lançou numa campanha para que o presidente Lula vete o Projeto, em vez de fazer as visitas às escolas, para chamar a juventude à luta com seus métodos próprios, no campo da independência de classe. A tendência, porém, é de que Lula contrarie a direção da UBES e sancione o Projeto. O que fará a UJS, diante dessa derrota? O mais provável é que faça alguma teatralização, somente para dar satisfação às suas bases, mas dificilmente chocará com o governo.

O mesmo se passa com os sindicatos de professores, que em palavras pedem que Lula revogue o NEM, mas não movem uma

palha para que haja manifestações massivas pela derrubada desse projeto privatizante. Cabe lembrar que o ministro da Educação, o petista Camilo Santana, se colocou por apresentar emendas ao NEM e a elogiar as pequenas alterações aceitas pelos parlamentares.

Outro obstáculo está no fato de que as correntes de esquerda reformistas e centristas estão todas voltadas ao eleitoralismo, preocupadas tão somente com as campanhas a vereador e prefeito de suas respectivas siglas.

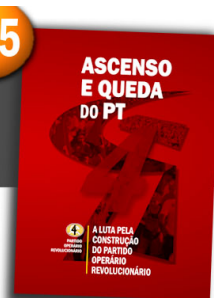
É preciso que a vanguarda com consciência de classe enfrente a maré contrária e coloque suas forças no trabalho de base, ligando o combate ao NEM com as reivindicações mais sentidas dos estudantes e dos trabalhadores da educação. A campanha deve se concentrar na ideia de que os explorados confiem apenas em suas próprias forças. A agitação e a propaganda têm de levar em conta a enorme insatisfação represada, principalmente entre os jovens, em relação à falência do ensino no país, trabalhando para dar coesão, força e a organização necessárias para que o movimento saia vitorioso. Isto é, a tarefa consiste em converter a revolta instintiva em ação política consciente, coletiva e classista. É com essa perspectiva que o POR continuará atuando junto aos estudantes, professores e funcionários de escolas.

Adquirir com o distribuidor: **R\$ 35**

ASCENSO E QUEDA DO PT

A luta pela construção do Partido Operário Revolucionário

Este livro condensa o processo histórico do fracasso da estratégia e da política do reformismo, testemunha a impossibilidade da classe operária chegar ao poder pela via das eleições, afirma os fundamentos marxistas da revolução proletária e coloca a luta pela construção do partido revolucionário.



Adiamento do Plano Nacional de Educação expressa a incapacidade da burguesia em responder a falência do ensino

A Câmara dos Deputados aprovou, no dia 3/7, a prorrogação do atual Plano Nacional de Educação (PNE) até 31 de dezembro de 2025. O Plano vigente foi aprovado em 2014, durante o mandato da ex-presidente Dilma Rousseff (PT), e expiraria em 26/6/24. Vale lembrar que o governo federal havia enviado ao Congresso Nacional em 27/6, portanto poucos dias antes da prorrogação ser aprovada, o Projeto de Lei 2614/2024, contendo a proposta de novo Plano, para o próximo decênio.

O balanço do PNE 2014-24 é de um retumbante fracasso. Sua execução atravessou quatro governos — Dilma, Temer, Bolsonaro e Lula. Nenhuma das suas 20 metas foi atingida. De 38 indicadores, não mais que quatro foram alcançados. Segundo o próprio MEC (Ministério da Educação), na média geral, a execução de cada um dos objetivos foi de 77%. Ficou demonstrada, assim, a farsa da solução dos problemas da Educação pela via das instituições da burguesia.

O que estava em jogo era a tese reformista de que era possível uma verdadeira reforma educacional sob o capitalismo, através de medidas adotadas pelo Estado burguês. Os petistas sempre sustentaram, desde a sua origem, a hipótese de assumir o comando do Estado (pacificamente, pela via eleitoral). Ou seja, o Estado caracterizado como oligárquico e excludente, e transformá-lo “por

dentro”, de maneira que fosse possível não só democratizá-lo, como utilizá-lo como “indutor” das transformações necessárias para o país, incluindo no campo educacional.

A experiência confirmou a tese marxista de que a época do imperialismo é de predomínio das contrarreformas. A burguesia não só se mostrou incapaz de realizar reformas progressivas, como tem retirado com a mão direita o dobro do que deu com a esquerda. As ações de todos os governos têm mostrado uma forte tendência de ataque a direitos e a conquistas elementares. A educação pública, em especial, se encontra sob pesado ataque.

Na verdade, o próprio PNE 2014-24 já demonstrava isso, dado que assumia um caráter essencialmente privatista e de naturalização das profundas desigualdades. A maioria das metas expressava e ainda expressa o não cumprimento de tarefas democráticas básicas, desnudando o atraso do capitalismo semicolonial brasileiro. Questões elementares, sanadas pela burguesia em sua época progressiva (até o final do século XIX, aproximadamente) nos países de capitalismo avançado, como o analfabetismo, permanecem como feridas abertas no Brasil, em pleno século XXI.

O Brasil possui 11,4 milhões de analfabetos, o que representa 7% da população com 15 anos ou mais (dado do IBGE referente a



2022). Mais alguns exemplos: uma das metas do PNE 2014-24 era garantir pelo menos 50% das crianças de até 3 anos em creches. A proporção ficou em 42,3% até 2023. Também não se confirmou o objetivo de, até 2016, universalizar a educação na pré-escola para crianças de 4 e 5 anos — a parcela está hoje em 93%. O rol de estatísticas nesse sentido é extenso.

Há, por fim, que se mencionar o problema do financiamento. A meta dos 10% do PIB, que foi amplamente celebrada pelos reformistas em 2014, simplesmente naufragou. O investimento permanece por volta de 5%. Mais do que isso: a perspectiva é de cortes orçamentários, haja vista as tentativas de Tarcísio de Freitas em São Paulo de reduzir de 30% para 25% as verbas para o setor, só para citar um exemplo.

Como se vê, a burguesia de conjunto não só não é capaz de solucionar a crise educacional, como a aprofunda. Trata-se de uma expressão da decomposição do modo de produção capitalista. É por isso que a tarefa democrática de superação do atraso educacional passou às mãos do proletariado. Este deve dirigir a maioria nacional oprimida em sua luta pela superação do capitalismo e, em particular, pela superação da escola burguesa. Esta batalha deve tomar como ponto de partida as reivindicações mais sentidas dos explorados, fazendo a ponte com as bandeiras mais amplas de caráter anticapitalista, de maneira que a transformação da escola se coloque como parte da revolução socialista.

Apoio da Corrente Proletária aos professores da Colômbia

Greve geral na educação contra a reforma privatista proposta pelo imperialismo e assumida pelo presidente Petro

Em 12 de junho, o Fecode (Federación Colombiana de Trabajadores de la Educación), maior sindicato dos professores da Colômbia, junto com os professores universitários e estudantes secundaristas, marcharam contra as mudanças no Projeto de Lei Estatutária (Projeto de Emenda Constitucional), que privatiza a educação. A marcha nacional, com greve por tempo indeterminado culminou com uma grande assembleia em 17/06, dia em que houve a votação do Projeto no Congresso da República.

O movimento denuncia a aliança entre os partidos tradicionais e a base do governo, para a aprovação da contrarreforma, que ressuscita projetos como “Pilo Paga”, que é uma espécie de financiamento estudantil que beneficia alguns em detrimento da imensa massa estudantil. Além disso, procurara equiparar a educação presencial com a educação virtual das Licenciaturas com Cursos Tecnólogos, usando o discurso demagógico de que trará maior acesso à educação superior. Finalmente, o movimento denuncia que as estruturas prediais se encontram em ruínas: caindo os tetos, sem água potável e sem conectividade com a internet, e que esta contrarreforma cortará ainda mais recursos.

A ministra Aurora Vergara alega que o Projeto ratifica o compromisso assumido com os organismos internacionais. Ou seja, com os países imperialistas. O presidente colombiano Gustavo Petro, ex-combatente do grupo guerrilheiro M-19, foi eleito pela coligação Pacto Histórico, que reuniu partidos como Colômbia Humana, União Patriótica e Partido Comunista da Colômbia. Após

eleição, negociou cargos do seu governo com partidos de direita e centro para garantir maioria no Senado. É esta frente capitalista que prometeu mudanças antes das eleições e hoje dá continuidade à política de privatização da educação.

O mais grave foi o papel do Fecode de ter apoiado esta frente burguesa. Segundo informações, chegou a doar 500 milhões de pesos para a campanha de Petro. Esta ação significou uma traição aos educadores e trabalhadores em geral. A falta de independência de classe dos sindicatos atrasa a luta das massas colombianas contra a privatização da educação e dos serviços públicos.

O POR defende a independência política dos trabalhadores em relação à burguesia e seus governos, justamente porque a colaboração de classes alimenta as ilusões entre os trabalhadores de que é possível conquistar as reivindicações apoiando governos tidos como “progressistas”, como no caso o de Petro. Inúmeras experiências mostram que somente a força coletiva dos trabalhadores e seus métodos de luta podem arrancar as reivindicações dos patrões e dos governantes. Essa greve dos professores colombianos serve de exemplo aos trabalhadores da educação e estudantes brasileiros, que estão também diante dos ataques privatizantes à educação pública. A maior lição está em confiar em nossas próprias forças e manter a independência dos sindicatos diante dos governos burgueses, sejam eles de direita ou de centro-direita, como o de Petro e Lula.

São Paulo

Carta aos delegados do Congresso Estadual da Afuse *Pelo direito de expressão política da Oposição!*

O sindicato é nosso instrumento organizativo para lutar coletivamente na defesa das reivindicações próprias dos trabalhadores. A Corrente Proletária na Educação atua na AFUSE há muitos anos; e sempre fez e continua fazendo essa defesa. Mas o que vivenciamos e vivência é o aprofundamento da eliminação da democracia sindical. A burocracia impede as bases de avançar a construção de uma oposição classista, que tem como princípio a independência política do sindicato diante do Estado e dos governos. A oposição classista se mostra necessária quando a direção do sindicato se opõe aos métodos, ao programa próprio de reivindicações e à unidade dos trabalhadores. E, portanto, já não luta pelos empregos, pelos salários, pela estabilidade e pela escola pública.

A Corrente Proletária nasceu justamente devido à degeneração burocrática da Afuse, provocada pela política de conciliação de classes da direção, que acaba se submetendo à política do governo burguês de plantão. Eis por que a direção sindical ligada à política do PT vem há muito combatendo a constituição de uma oposição com os métodos autoritários que violam completamente a democracia sindical.

No Boletim de maio da Corrente Proletária na Educação, do Partido Operário Revolucionário, fizemos a crítica do que acontecerá no Congresso do início de agosto. Eis o chamado aos funcionários de escola: “Construir uma oposição classista, indepen-

dente e de luta na AFUSE!”. Afirmar que essa é a tarefa da base para enfrentar uma direção burocrática ligada ao PT, que anos a fio engessou o sindicato se valendo de mudanças estatutárias antidemocráticas. Assim, refletiu a política sindical ligada ao Estado burguês, que tem esmagado a categoria, sucateado a educação pública, contratado professores e funcionários em regime temporário, terceirizado, privatizado e procurado militar as escolas. É um estatuto que nega a democracia sindical.

Na prática, a Corrente Proletária na Educação vivenciou o quanto a direção é avessa à democracia sindical. Mesmo participando do Congresso Regional, que faz parte do critério para participar do Congresso Estadual, acabou sendo impedida de se fazer presente no Congresso de agosto. No dia 29 de junho, aconteceu na sede da CUT no Brás, a reunião de conselheiros que também foi restrita, impedindo a participação da base. O dirigente regional Roni não deu informe da reunião que fez o pedido para se realizar, em Franco da Rocha, uma plenária para se discutir e eleger delegados. A base foi totalmente marginalizada pela direção do sindicato, que passou a escolher arbitrariamente os delegados.

O dirigente regional de Franco da Rocha faz parte desta direção majoritariamente petista. Ao ser questionado, diz que a forma como se está elegendo os delegados é legal, de acordo com o estatuto. Ou seja, o Estatuto justifica o burocratismo da política da direção. Na segunda semana de julho, o dirigente tinha de passar os dois delegados que tinham direito de participar no Congresso. Os participantes decidiram a favor de dois delegados, que acabaram não tendo assegurada a representação indicada no Congresso Regional.

No dia 8 de julho, às 16 horas, ocorreu de forma virtual a votação que passou por cima da legitimidade do Congresso Regional presencial. A militante da Corrente Proletária na Educação, diante deste método estranho, fez uma declaração política: “Diante da situação que vivemos hoje, exige uma direção à altura. Sem uma fração revolucionária não colocaremos de pé uma oposição independente e classista que nos reorganize entorno das nossas necessidades básicas e com nossas próprias forças. Isso não passará num Congresso onde predomina a conciliação de classe, regada de um burocratismo profundo. Política reformista inimiga da política proletária que historicamente já mostrou que não tem como conciliar o trabalhador e o capital. Isso deixou claro a Revolução Russa com seus dirigentes Lênin e Trotsky, que deixaram vários escritos e obras, para a gente aprender”.

Rondônia

Balanço da greve na Universidade Federal

Os Técnicos Administrativos em Educação (TAEs) estavam em greve desde o dia 11/03, até mesmo na UNIR. Os TAEs iniciaram a greve geral em 3 de abril. Os docentes das Universidades Federais, em todo o país, aprovaram a greve nacional em meados de abril.

A greve na Universidade Federal de Rondônia (Unir) seguiu o calendário nacional, depois da deliberação da greve dos Técnicos Administrativos em Educação (TAEs)TAEs das Universidades Federais e dos Institutos Federais e dos Técnicos Administrativos em Educação (TAEs)TAEs das Universidades Federais. A primeira assembleia para tratar sobre a greve aconteceu no dia 19 de março, porém só iniciou no dia 15.

A Unir é composta por oito campi e conseguiu a adesão dos três segmentos da universidade em seis campi. Apesar de contar com forte adesão, o comparecimento às atividades da greve não correspondeu ao número de grevista. Predominaram as assembleias por meio virtuais (remotas), sendo um dos grandes obstáculos à luta dos grevistas nas ruas. Nada justificava a não presença dos grevistas nas assembleias presenciais. E a força da greve só poderia vir das discussões coletivas presenciais e da aprovação das

Depois da declaração da Corrente Proletária na Educação, o burocrata dirigente colocou duas formas: sorteio ou votação. Optou-se por votar. Não podia votar em si mesmo, e a situação só piorou. No final, neste dia, não se conseguiu eleger os delegados. O dirigente, então, informou que marcaria uma reunião presencial para o sábado.

Na quinta-feira, 11 de julho, o dirigente disse que não conseguira fazer a reunião no sábado, porque tinha de entregar no dia 12 de julho os dois nomes. Com essa justificativa esfarrapada, fez o sorteio, que favoreceu 2 delegados de oposição. Mas, nesse processo fraudulento, o dirigente não passou os informes por escrito à base sobre o que aconteceu na reunião de conselheiros no dia 29 de junho. Na sexta-feira, o dirigente por telefone mandou um áudio informando que o sorteio de quinta não tinha validade. Isso porque ele fez um equívoco, só tinha uma vaga para delegado. Assim, a primeira vaga era da Rosa, que faz parte da direção da AFUSE.

Na sexta-feira, dentro do ônibus, o dirigente fez uma chamada de vídeo e usou o seu gorro para fazer um sorteio, e assim completou a eliminação dos dois trabalhadores de base de participar no Congresso. Informou que éramos apenas dois suplentes e, caso alguém faltasse, seríamos convocados. Como o Estatuto expressa o processo de profunda burocratização, a oposição não tem direito de sequer ser ouvida no Congresso. Esse tipo de autoritarismo ocorre também nas reuniões de conselheiros, que o dirigente diz ser democracia sindical.

A Corrente Proletária na Educação vem diante do Congresso Estadual defender a democracia sindical e o sindicato classista, onde as bases decidem sobre a sua organização, as reivindicações e os métodos de luta. A oposição ao ser impedida de se expressar compromete o funcionamento e as decisões do Congresso, que terão de ser encarnadas e impulsionadas pelas bases. A Corrente Proletária na Educação não poderia deixar de lutar até o fim pela democracia sindical.

A Corrente Proletária vem perante o Congresso Estadual reivindicar o direito de ter os dois delegados da oposição, que foram eleitos no Congresso Regional de Franco da Rocha. Essa carta é um manifesto de defesa de um sindicato classista, forte e capaz de defender os trabalhadores que estão sofrendo uma brutal exploração exercida pelo Estado burguês.

Por um Congresso Estadual democrático, decidido pelas bases!

manifestações e atividades com todos os grevistas. As assembleias presenciais permitem avaliar o movimento, as posições políticas das diferentes correntes que intervêm no movimento e votar o caminho da greve. O que possibilita politizar a luta e fortalecer os grevistas para enfrentar o governo, que se recusava a atender às reivindicações.

A greve encerrou nacionalmente no dia 23 de junho, porém na Unir a Associação dos Docentes da Universidade Federal de Rondônia (Adunir) foi incapaz de mobilizar a base para exigir que os Conselhos assinassem a proposta de calendário conforme o acordo celebrado entre pelo Andes, através do Comando Nacional da Greve junto ao MEC e ao MGI. A espera do calendário proposto pela burocracia da universidade, retardou o retorno às aulas em aproximadamente duas semanas.

Apesar do encerramento da greve nacional, cabe às direções sindicais estaduais convocar as assembleias para a realização de um balanço do movimento e preparar as condições para os novos embates, que certamente estão por vir.

Rondônia

Governador e prefeito enganam os trabalhadores da educação

Política da direção do Sintero para a rede estadual

No dia 04/07, por pressão da base, os burocratas do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Rondônia (Sintero) convocaram uma assembleia extraordinária. Isso se deveu ao não cumprimento do acordo firmado de pagamento no mês de junho da Lei do Piso Nacional. Havia a deliberação de assembleia anterior de que, caso o governo não cumprisse o acordo, as escolas paralisariam.

No dia 4 de julho, a direção burocrática trouxe o advogado para quebrar a disposição de luta dos presentes, alegando que a paralisação não poderia ser aprovada em função do recesso escolar. Dessa forma, acabou impondo a decisão de convocar nova assembleia a partir da primeira semana de aula, cumprindo a lei antigreve de comunicar o governo 72 horas antes.

Dessa forma, o contracheque dos estaduais continua inalterado. Novamente não foi agregada a diferença salarial como foi prometida no acordo. Mais uma vez, o governo faz o que bem entende com os trabalhadores com conivência das direções conciliadoras.

A militância da Corrente Proletária/POR interveio na assembleia com boletins e fala. Denunciou a política da direção do sindicato, que é de conciliação de classes. Mostrou como os burocratas foram quebrando a disposição de luta desde o início do ano, por meio das mesas de negociação, que nada mais são do que mesas de enrolação. Defendeu a greve, como a única via para enfrentar os ataques do governador, o ultradireitista coronel Marcos Rocha.

A vanguarda que vem participando das assembleias tem podido acompanhar a política da burocracia do sindicato e a da Corrente Proletária, que faz um combate à conciliação de classes e se coloca pelos métodos próprios de luta dos trabalhadores, que são as greves, as manifestações de rua, as ocupações e os bloqueios. Para que essa corrente oposicionista se fortaleça, é preciso que os trabalhadores mais conscientes participem de sua construção.

Burocracia do Sintero no setor dos municipais

No dia 9 de julho, o sindicato convocou uma Assembleia Geral Extraordinária dos Trabalhadores do município. Essa assembleia foi para discutir a implantação da insalubridade para técnicos e a judicialização da ação, que pleiteia o piso do magistério para os

professores de educação municipal. Esse ponto da implantação do piso foi uma explicação dada pela presidente do sindicato no início do ano. Disse que o sindicato ia levar para a Procuradoria do município, pois os procuradores dariam parecer favorável para ser implantado administrativamente sem ser preciso judicialização. Segundo o advogado Valter Nunes, tentativas anteriores de resolver administrativamente não obtiveram êxito, motivando a necessidade de recorrer ao judiciário. Para fazer cumprir o que está estabelecido pela Lei Federal 11.738/2008, e a progressão na carreira estipulada pela Lei Municipal 360/2009.

A Corrente Proletária interveio na assembleia com boletins e fala fazendo críticas aos métodos da burocracia, que só tem trazido derrotas. Tem ressaltado a importância da unidade dos estaduais e municipais, portanto, condenando a divisão dos trabalhadores da educação pelo Sintero.

Manobras da burocracia para mudar o estatuto do sindicato

No dia 12/07, o sindicato convocou duas assembleias com trabalhadores em educação estadual, federal e municipais. Uma assembleia foi para deliberar sobre a venda do imóvel. Outra, foi para mudanças estatutárias de artigos do estatuto no que diz respeito principalmente a alteração de mandato da diretoria, que passou de três para quatro anos, e sobre filiações de trabalhadores temporários na educação (técnicos ou professores).


No primeiro caso, a intervenção da Corrente Proletária ficou limitada, porque só ficou sabendo na última hora. A nossa crítica se restringiu à tomada e decisão em uma assembleia esvaziada. Limitou-se ao fato de que os municipais de Porto Velho precisariam participar de uma assembleia massiva, pois se tratava de contribuições de trabalhadores municipais que se cadastraram e contribuíram para um projeto sem-teto. Precisariam decidir se receberiam valores correspondentes às contribuições ou se queriam permanecer cadastrados para a construção de apartamentos.

No segundo caso, a nossa crítica foi mais contundente quanto a assembleia unificada ter empreendido mudanças no estatuto. Trata-se de mais um golpe dos burocratas do sindicato. O estatuto foi alterado sem a presença massiva dos filiados. Assim, as deliberações para mudanças estatutárias precisariam esperar o Congresso, momento em que os militantes de base poderiam discutir e votar as propostas de alterações estatutárias.

Balanco das eleições na APEOESP (2023)

A Oposição Unificada Combativa - Chapa 2 obteve uma importante vitória política diante da chapa governista do PT e aliados, inclusive setores que eram da Oposição e capitularam à Chapa 1!

LANÇAMENTO!
Adquira já com o distribuidor do Massas por apenas R\$ 5,00



Lições da greve contra o governo Ricardo Nunes/ MDB

Balanco dos 21 dias de greve do funcionalismo municipal de São Paulo



LANÇAMENTO!
Adquira já com o distribuidor do Massas por apenas R\$ 5,00



Rondônia

POR intervém na universidade

Militantes da Corrente Proletária (POR), semanalmente, comparecem à Universidade, expondo os materiais partidários por meio de uma banca. Fazem a campanha em torno aos livros, folhetos e, fundamentalmente, com a divulgação do Jornal Massas. Distribuem os Manifestos e Declarações do partido, como os referentes à guerra na Ucrânia e Faixa de Gaza. E os boletins sobre os problemas educacionais e as posições de defesa de um único sistema de ensino, público, laico, sob o controle de quem estuda e trabalha. O trabalho da militância visa penetrar as ideias do partido entre os estudantes.

Durante a longa greve dos servidores federais, que envolvia os professores, a presença de estudantes na universidade foi menor. Ao contrário de os grevistas realizarem assembleias presenciais e manifestações quase que diárias, as direções sindicais e estudantes se colocaram por reuniões online, o que resultou em raras manifestações no interior e fora da universidade. Fato que ocorreu em vários estados, que necessita de um balanço crítico vigoroso para combater esse método estranho à luta dos trabalhadores. O POR divulgou um folheto sobre a greve e atuação do partido na Universidade do ABC (UFABC), que fará parte de nossa campanha aqui em Rondônia.

A ausência de direções estudantis classistas têm sido o grande fator de despolitização entre a juventude universitária. O trabalho de elevação política dos estudantes é uma tarefa urgente. Esse tem sido um dos objetivos da Corrente Proletária, objetivando a constituição de uma fração revolucionária no interior da Universida-



de, assentada no programa de defesa da educação pública, contra a ofensiva privatizante dos governos. O que implica a luta pelas reivindicações próprias dos estudantes, sua unidade com as dos explorados e seu vínculo com o combate ao capitalismo em decomposição.

Minas Gerais

Zema assina acordo que favorece o sionismo

O governador Romeu Zema (Partido Novo) assinou, no dia 8/7, uma declaração conjunta de cooperação entre o estado de Minas Gerais e o Estado de Israel, além de ter adotado a “Definição de Antissemitismo” da Aliança Internacional de Memória do Holocausto – um órgão sionista. Há indícios também de que tenha comprado armas da empresa Israel Weapons Industry, no valor US\$ 3,1 milhões, com entrega prevista para o final 2024.

Segundo Zema, a assinatura da “declaração conjunta” é para “o desenvolvimento econômico e ações de combate ao antissemitismo” em MG. Alega também que o fluxo comercial entre MG e o Estado de Israel, em 2023, ultrapassou 50 milhões de dólares. Ou seja, recorreu a argumentos de cunho político e financeiro.

Na verdade, essa ação expressa o apoio político e econômico ao genocídio do povo palestino, perpetrado pelo Estado sionista. Representa também uma colaboração direta com o governo de Benjamin Netanyahu, além de constituir uma demonstração ideológica de caráter ultradireitista.

Não à toa, a assinatura do acordo se deu dias depois da realização de uma audiência pública, realizada na ALEMG (Assembleia Legislativa), em conjunto com o Comitê Mineiro de Solidariedade ao Povo Palestino. Nesse sentido, assumiu a forma de uma provocação.

Zema alega que as ações em solidariedade ao povo palestino são antissemitas. Nada mais falso! As ações em apoio aos palestinos, que estão sendo massacrados, se voltam contra o colonialismo sionista, e não contra os judeus. Outra mentira do governador é a afirmação do “desenvolvimento econômico de MG”. A pergunta que cabe é: quem realmente ganha com esses acordos? Certamente não são os explorados mineiros.

A “preocupação” de Zema se revela, na prática, como hipocri-

sia. Basta mencionar duas situações em que o mesmo “zelo” com o “desenvolvimento de MG” não se verificou: sócios da empresa Localiza doaram o equivalente a 28% dos gastos do Zema, então candidato à reeleição ao governo, tendo a mesma empresa recebido (evidentemente como uma contrapartida) o perdão de dívidas com o Estado, além de receber isenção de impostos. Trata-se do mesmo governador que tenta colocar em prática o RRF (Regime de Recuperação Fiscal), com o PL 1202/2019, que representa um ataque aos serviços públicos, congelando salários dos trabalhadores por nove anos e privatizando estatais estratégicas em MG.

Como se vê, quando Zema fala sobre o “desenvolvimento de MG”, na verdade está se referindo ao enriquecimento ainda maior da burguesia, inclusive da burguesia sionista e genocida de Israel, às custas dos salários e direitos dos explorados mineiros.

E o que fazem as direções das centrais sindicais, dos sindicatos, entidades estudantis e dos movimentos sociais? Não mobilizam, não unificam as lutas e, no que se refere ao conflito na Palestina, bloqueiam a constituição de uma frente única anti-imperialista. Enquanto isso, preparam-se para intervir nas eleições municipais, apresentando essa via como se fosse uma “tábua de salvação”, como se bastasse eleger “candidatos comprometidos com o povo” para solucionar os seus problemas que afetam a economia e a vida dos trabalhadores.

O POR chama a classe operária e demais oprimidos a romperem com essa política, defende que as centrais saiam da paralisia em que se encontram e convoquem um Dia Nacional de Luta, em defesa dos empregos, salários e direitos. É preciso reorganizar o movimento contra o genocídio na Palestina, impulsionando as ações de massa pelo fim da matança, o que inclui a exigência de revogação de todos os contratos e acordos com o sionismo.

São Paulo

Manifestação contra o genocídio dos palestinos

Realizou-se, no dia 16/7, em frente ao Comando Militar do Sudeste do Exército Brasileiro, na região do Ibirapuera (capital paulista), a manifestação convocada pela Frente Palestina São Paulo, contra o genocídio perpetrado pelo Estado sionista de Israel e, em particular, contra os acordos de cooperação do Estado brasileiro com o governo de Benjamin Netanyahu.

Apesar de contar com poucos participantes, a atividade teve uma grande importância. Na verdade, a reduzida quantidade de manifestantes revela o imobilismo das direções sindicais e políticas, que nada fizeram – e nada têm feito – para convocar suas bases. Trata-se de uma atitude criminoso, do ponto de vista de classe, tendo em vista a persistência do massacre.

O POR compareceu a esse ato com a bandeira de reorganizar o movimento e retomar a luta de massa nas ruas contra o genocídio. Para isso, é fundamental cobrar das direções sindicais e dos grandes movimentos que saiam da passividade e do apoio em palavras e passem às ações práticas, que organizem suas bases de trabalhadores. Essa reorganização do movimento deve se dar sob a bandeira de uma frente única anti-imperialista.

Por fim, o Partido defendeu a importância de não abrir mão da perspectiva estratégica, a qual deve guiar a luta imediata. A Palestina será livre quando for uma República Socialista da Palestina, como parte dos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio.

Rio de Janeiro

Formação Política

No dia 20 de julho, o POR realizou a formação política e o lançamento do livro Internacionalismo Proletário – Guerras na Ucrânia e na Faixa de Gaza. A atividade aconteceu em um sindicato no centro da capital. Além do lançamento do livro, que permitiu a discussão sobre os principais problemas da crise capitalista internacional, como as guerras, o armamentismo etc., a formação também contou com uma discussão sobre os problemas do Rio de Janeiro, como o crescimento da extrema-direita, as eleições que se aproximam e as relações entre o narcotráfico, as milícias e os governos.

No lançamento do livro, um camarada destacou a importância do décimo sexto livro do POR, formando uma trilogia com os livros sobre a guerra na Ucrânia e a ocupação militar na Faixa de Gaza. O conjunto das publicações do partido expressa a luta pela construção do partido-programa, além de expressar um partido vivo que intervém na luta de classes sob a estratégia da revolução e ditadura proletárias.

Discutiu-se a crise capitalista geral, através de suas manifestações concretas como a guerra comercial dos EUA contra a China, o impulso bélico e armamentismo das potências imperialistas, e a ação do imperialismo europeu e estadunidense nas guerras de dominação em curso. Neste sentido, o livro Internacionalismo Proletário é uma arma na mão da militância para enfrentar as posições pró-imperialistas dos reformistas petistas, bem como as posições vacilantes do centrismo.

Foi demonstrado que os problemas que o Brasil enfrentam não estão descolados dos problemas gerais da crise capitalista internacional, como o crescimento da extrema-direita, fruto, em última instância, da profunda crise de direção do proletariado. Neste ponto, abriu-se a discussão sobre os problemas da capital flumi-

nense, através de uma exposição dos camaradas da célula do Rio.

Os camaradas expuseram que já há alguns anos o Rio vem elegendo candidatos do PL e da família Bolsonaro com uma larga diferença de votos dos demais e assistindo passivamente às movimentações da Bancada Evangélica na Assembleia Legislativa (ALERJ). O governador do Estado, Cláudio Castro (PL), tem como principal bandeira política a questão da segurança, que em sua gestão tem significado invadir comunidades e favelas diariamente com a força policial sem se preocupar com quantas mortes essas “operações” vão causar.

O Rio de Janeiro enfrenta uma disputa territorial entre as milícias e o tráfico, que cerca, principalmente, a vida nos bairros proletários. O proletariado, se sentindo cada vez mais acuado, acaba sendo envolvido pelo discurso de ódio classista do governo Castro que coloca a repressão policial dessas operações como única saída para confrontar e eliminar os grandes chefes da milícia e do tráfico. Isso faz com que os próprios moradores desses bairros onde há maior confronto apoiem ou a invasão onde moram ou nos bairros vizinhos, sustentando o lema “bandido bom é bandido morto”. Contribui para tudo isso o enorme crescimento das igrejas evangélicas com seu discurso de ódio.

Usando uma outra política ou mascarando a sua política real, Eduardo Paes, atual prefeito e principal candidato à reeleição, usa as grandes obras, entregues ainda incompletas, em bairros afastados e explorados para ser o “prefeito do povo”, com o apoio de Lula. Se utiliza largamente do culturalismo para iludir as massas e desviar da luta por suas necessidades mais sentidas.

Essa junção de repressão do governo Castro e esmola do governo Paes deixa o proletariado pronto para receber e propagar o discurso da extrema-direita.

A síntese dessa calamitosa situação social se reflete na crise de direção revolucionária, que no Rio se manifesta de forma dramática. Foi citado como exemplo o fato do Rio de Janeiro ter um dos piores transportes e com o preço mais caro do país, tudo isso sem nenhuma luta contrária.

A atividade concluiu com a necessidade de fortalecer o partido na região para superar a crise de direção e impulsionar as lutas. Neste sentido, os camaradas se comprometeram a realizar as formações políticas abertas regulares, para aproximar contatos e fortalecer o partido.

LANÇAMENTO!

PALESTINA

GUERRA NA FAIXA DE GAZA E GENOCÍDIO DO POVO PALESTINO

Posição e resposta do internacionalismo proletário

Somente a classe operária e os demais trabalhadores, organizados, unidos e em luta podem derrotar o Estado sionista de Israel, os Estados Unidos e aliados.

Adquira já com o distribuidor do Jornal Massas.



Nesta edição:

- **Palestina:** Só a luta com independência de classe pode pôr fim à opressão histórica de Israel sobre a Palestina;
- **Venezuela:** disputa eleitoral entre o reformismo chavista e a direita tradicional, ausente a política revolucionária;
- **Bolívia:** Conferência Nacional, 2024; Lula reformista exige as mesmas condições do imperialismo para investir no país;
- **Clara Zektin:** Os 167 anos de seu nascimento;
- **Estalinismo:** Estalinistas defendem os processos de Moscou;
- **Trotsky:** No tribunal a portas fechadas.



Artigos das Seções Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

Manifesto do Partido Operário Revolucionário (POR)

Só a luta com independência de classe pode pôr fim à opressão histórica de Israel sobre a Palestina

Nenhuma ilusão nas resoluções e declarações da ONU, trabalhar com todo empenho pela frente única anti-imperialista

25 de julho de 2024

Já estamos nos aproximando dos 10 meses de bombardeios e ataques à Faixa de Gaza, promovidos pelo Estado sionista de Israel. Trata-se da maior e mais intensa ofensiva que Israel já operou sobre os territórios palestinos em mais de 70 anos de ocupação. O relativo atraso social, político e econômico da Palestina tem sido aproveitado pela burguesia sionista para avançar as anexações. Os mais de 40 mil palestinos mortos e um sem número de afetados das mais diferentes formas, amputados, órfãos, desabrigados etc., mostram até que ponto chegou a barbárie no Oriente Médio. O objetivo de Israel, apoiado pelo imperialismo estadunidense e europeu, é muito claro: não deixar pedra sobre pedra e anexar completamente a Faixa de Gaza e a Cisjordânia, transformando assim todo o território ocupado em terras de Israel.

A região da Palestina é rica em recursos naturais, além de possuir uma importância estratégica para o comércio internacional. As raízes dos conflitos nesse território, que datam de centenas de anos, podem ser expostas pela posição geográfica e pelos recursos que ainda estão sob o poder dos palestinos. O interesse histórico do imperialismo sobre o Oriente Médio em geral, e sobre a Palestina, em particular, pode ser assim explicado.

A Inglaterra foi a primeira responsável pela ocupação das terras dos palestinos, sendo a grande fiadora do sionismo internacional com a carta de Balfour, de 1917. No período entre a Primeira e Segunda guerras mundiais, os EUA passaram a deter a hegemonia da tarefa imperialista de edificar naquela região um enclave, de tal forma que seus interesses estivessem garantidos. Assim, encontrou na ONU o caminho para a criação do Estado sionista, prometendo um Estado palestino para um futuro indeterminado. Ainda hoje, mais de 76 anos depois, setores da burguesia e mesmo de organizações ligadas aos trabalhadores alimentam ilusões na solução de dois Estados convivendo pacificamente. A realidade, no entanto, insiste em demonstrar que essa solução, difícil no passado, é impossível no presente.

Nestes quase 10 meses, duas frentes de oposição ao genocídio praticado por Israel foram formadas: uma apontou o caminho para a superação do problema pelos métodos próprios dos explorados,

outra alimentou profundas ilusões nos organismos da burguesia internacional - os mesmos organismos que criaram Israel - e, foi responsável pelo enfraquecimento da ação coletiva das massas nas ruas. A primeira frente de luta pode ser sintetizada tanto pela resistência armada dos grupos que atuam diretamente no conflito no território palestino, em especial o Hamas, e também pelas grandes manifestações que ocorreram em diversos países do mundo, principalmente na Europa e no Oriente Médio.

Essa frente de luta, que expressou o embrião de uma frente única anti-imperialista, se materializou nas manifestações de rua, nos boicotes, nas ocupações de universidades, nos ataques a navios de abastecimento de Israel e outras formas de ação direta. Já a segunda frente de oposição alimentou ilusões de que os organismos da burguesia internacional - a ONU, o Tribunal Internacional de Justiça, a Corte de Haia e os diferentes governos burgueses dos países - pudessem encontrar uma solução e colocar fim ao massacre. Longe de serem frentes de oposição que se somam, essas frentes se opõem uma à outra. Como mostra o enfraquecimento das manifestações em todo o mundo, a segunda frente agiu concretamente de forma a enfraquecer a luta com os métodos próprios dos trabalhadores.

As esperanças de que os governantes, mesmo aqueles que caracterizaram corretamente como um genocídio, como Lula, pudessem jogar um papel progressivo só serviram para justificar a passividade das direções sindicais governistas. Essa explicação é importante, pois até hoje é possível encontrar setores das esquerdas que seguem alimentando essas ilusões.

Neste mês de julho, o Tribunal Internacional de Justiça declarou que as ocupações realizadas por Israel na Cisjordânia, em Jerusalém Oriental e na Faixa de Gaza são ilegais, e que devem acabar o mais rápido possível. Sem dúvida, essa decisão tem importância do ponto de vista da denúncia internacional, obriga, em última instâncias, os órgãos da mídia burguesa internacional a apresentar para o conjunto da população essa decisão histórica, mas não pode, sob qualquer ponto de vista, constituir ilusões de que o problema está sendo resolvido ou que o genocídio vai encontrar nessa

decisão uma barreira. A decisão não tem qualquer valor prático. Israel não é obrigado a cumpri-la. É por isso que a luta dos explorados contra todas as formas de opressão, contra as ocupações e anexações do imperialismo não deve se apoiar nestes organismos. Em última instância, a ONU e seus organismos são parte do problema e não da solução. A luta das massas pelo fim do genocídio e pela autodeterminação da Palestina deve ter como princípio a independência de classe.

No dia 23 de julho, o Hamas, o Fatah e outros partidos palestinos firmaram um acordo mediado pela China, para estabelecer um governo único sobre todos os territórios palestinos. Não é primeira vez que os grupos tentam estabelecer tal proposta, mas até agora sem sucesso. As divergências entre os dois principais partidos palestinos têm raízes históricas e divergências políticas profundas, como o reconhecimento da existência do Estado sionista, que o Hamas nega, enquanto o Fatah aceita. Os acordos de Oslo foram uma traição do Fatah que tem custado caro aos palestinos em geral e, em particular, aos que resistem na Faixa de Gaza.

A atual proposta de acordo, que já foi negada por Israel, acontece no contexto de uma guerra de dominação. O governo provisório proposto no acordo terá poucas chances de sucesso, já que o determinante da situação é a invasão e o ataque israelense que não encontraram freio, nem mesmo com a resolução de cessar-fogo da ONU. O acordo também defende a formação do “Estado palestino independente com Jerusalém como sua capital, de acordo com as resoluções da ONU”. Para não estabelecer um conflito logo de início, o acordo não entra na questão do reconhecimento do Estado sionista. Porém, nos termos do acordo, este pende mais para as posições do Fatah, o que certamente será motivo de conflitos futuros. A situação de calamidade em que se encontra a Palestina exigirá, no pós-guerra, uma resposta que vá além de um acordo circunstancial.

Na esteira dos últimos acontecimentos, o genocida Netanyahu discursou tranquilamente no Congresso dos EUA, na última quarta-feira (24). Sob aplausos de parte dos democratas e republicanos,

falou que se tratava da luta da civilização contra a barbárie, que se tratava de defesa da vida etc. Este discurso hipócrita e sem qualquer eco na realidade aconteceu sobre as pilhas e pilhas de mortos palestinos. Serviu para deixar ainda mais evidente o papel do imperialismo estadunidense neste conflito. Não bastasse o impulsionamento à guerra comercial com a China, ao armamentismo no mundo todo, ao belicismo através da OTAN, os EUA são os financiadores e fiadores do massacre. É bom lembrar que a resolução dos EUA de um plano de cessar-fogo aprovada na ONU em maio foi ignorada pelo governo de Netanyahu. Aí está a importância da luta anti-imperialista contra essa e todas as guerras de dominação.

Os desafios que foram colocados aos explorados do mundo todo que se colocam ao lado dos palestinos em sua luta histórica pela autodeterminação, persistem. Trata-se da necessidade de formar uma frente única anti-imperialista, que combata pela libertação definitiva da Palestina, através da constituição de uma República Socialista da Palestina, como parte dos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio, não apenas em sua manifestação mais imediata contra os bombardeios do Estado sionista e assassino de Israel, mas também contra os financiadores e promotores do massacre histórico dos palestinos, de sua Nakba, que é o imperialismo estadunidense e europeu.

A grande manifestação no Capitólio contra a presença do sanguinário e genocida Netanyahu assinala a retomada do movimento das massas. Aí está a importância da luta pela constituição de uma frente única anti-imperialista. Sua forma inicial foi dada justamente pelas grandes manifestações contra genocídio, mas foi parcialmente interrompida pelas ilusões das direções políticas dos explorados nas instituições da burguesia. É preciso superar esse refluxo e retomar o caminho das grandes manifestações. Essa tarefa tem como ponto de partida a organização da luta desde os sindicatos e movimentos, que incluem os camponeses e juventude oprimida, com independência de classe frente aos desvios que são colocados no caminho da luta, como é o caso da esperança nas instituições da burguesia.

Venezuela

Disputa eleitoral entre o reformismo chavista e a direita tradicional, ausente a política revolucionária

A Venezuela vive há 25 anos sob o regime chavista, que aparece como o porta-estandarte do chamado “socialismo do século 21”, cujo suporte ideológico é o pós-modernismo contrarrevolucionário que nega a luta de classes, a luta dos povos oprimidos pelo imperialismo e postula que o que era o socialismo “realmente existente” não serve mais para aglutinar uma alternativa mundial, capaz de superar o capitalismo através de um movimento de massas. Segundo eles, chegou o momento histórico de construir um novo projeto socialista que eles chamam: “democracia participativa real”; convivendo numa relação harmoniosa e recíproca com o opressor estrangeiro e o estabelecimento pacífico do socialismo. Nesse sentido, tem insistido na necessidade de formar blocos de países como a ALBA e promover, junto com outros países da mesma orientação geopolítica, a UNASUL; não para desenvolver uma política francamente anti-imperialista, mas para fortalecer e negociar em melhores condições com o poder do Norte. A Venezuela chavista continuou sendo um importante fornecedor de petróleo para os Estados Unidos, à margem dos altissonantes discursos

supostamente anti-imperialistas de seus governantes contra seu parceiro comercial.

Para o imperialismo, o agressivo “nacionalismo energético” de Hugo Chávez, seus planos de desviar as exportações de petróleo para a China e estabelecer laços estratégicos mais fortes entre a Ásia e a América Latina se lhe apresentam como um perigo geopolítico para o controle do petróleo venezuelano e do seu “quintal”.

Por pouco mais de uma década, a economia venezuelana desabou em meio à queda em sua produção de petróleo, recessão de seu aparato produtivo e inflação astronômica, com condições catastróficas para a população, juntamente com uma corrupção sem precedentes das castas governantes. Da direita, a oposição capitaliza grande apoio da população castigada pela crise. E o imperialismo, em nome da defesa dos “direitos humanos”, devido à repressão contra os opositores, aplica duras sanções econômicas à Venezuela que agravam a situação econômica. Quase um terço de sua população foi forçada a migrar para os diferentes países

do continente em busca de melhores condições de vida e trabalho, hoje os temos mendigando nas ruas para sobreviver.

Nestas condições, as eleições serão realizadas no próximo domingo, 28 de julho. A candidatura da oposição, encabeçada por Edmundo Gonzales e promovida pela direitista Marina Corina Machado, assim conseguiu capitalizar o mal-estar do povo venezuelano. De longe, pode-se perceber que o imperialismo norte-americano tem interferência direta na organização e financiamento desta candidatura.

De acordo com as pesquisas, a candidatura da oposição está à frente do partido no poder por muitos pontos. A imprensa venezuelana também aponta que bairros populosos, que tradicionalmente eram o voto seguro do partido governista, se voltaram contra Maduro e anunciaram que, se não houver uma monumental fraude eleitoral, a vitória de González é certa. Maduro já alertou que rios de sangue escorrerão na Venezuela se os resultados das eleições forem adversos à sua candidatura.

O lamentável é que não há na situação política uma clara direção revolucionária que convoque o proletariado e os oprimidos do país à necessidade da revolução social, para estabelecer um governo de operários, camponeses e classes médias empobrecidas das cidades, para apontar que o caminho da libertação dos explorados e oprimidos e do país da interferência imperialista não passa precisamente pelo caminho democratizante e eleitoral, mas pela ação direta das massas desencantadas com o reformismo chavista.

Em todos os países capitalistas atrasados de economia combinada, como a Venezuela, a resposta aos grandes problemas estruturais, como o atraso que se manifesta na conservação das formas



pré-capitalistas de propriedade e produção, na falta de consolidação de um mercado interno e na necessidade da independência nacional real da opressão imperialista etc., é que o proletariado se torne a direção política de toda a nação oprimida, para tornar a revolução social uma realidade.

Se a ultradireita controlada pelo imperialismo triunfar, o novo governo seguirá as orientações impostas pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional para salvar os interesses da iniciativa privada e das transnacionais imperialistas; O novo governo descarregará nas costas dos trabalhadores e da maioria oprimida e faminta do país todo o peso da crise econômica que oprime a Venezuela.

(Extraído do Jornal Massas, nº 2798, órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)

Bolívia

Conferência Nacional 2024 do Partido Operário Revolucionário

Na cidade de Sucre, nos dias 13 e 14, realizou-se a Conferência Nacional do POR, na qual se discutiram e aprovaram as seguintes resoluções:

1. Resolução sobre a situação política mundial

A guerra na Ucrânia e o genocídio perpetrado pelo Estado sionista de Israel contra o povo palestino são expressões da barbárie a que a humanidade vem sendo empurrada pelo capitalismo em decadência e desintegração. Ambos conflitos se inscrevem nos marcos da política e dos movimentos táticos do imperialismo norte-americano, interessado em preservar sua condição de potência hegemônica mundial.

2. O esgotamento definitivo do MAS

Confirmou-se plenamente a caracterização do POR de que esse fenômeno político e suas perspectivas de passagem pelo poder político. Respeitoso à grande propriedade privada e ao saque imperialista pelos sócios “não clientes” multinacionais, o MAS desde o poder conclui como um governo servil e entreguista ao imperialismo, da mesma forma que outros governos burgueses. A crise interna do MAS resulta em uma morte política.

3. Diante da debacle da politicagem burguesa, é imperiosa a necessidade da revolução social

A outra alternativa é o aprofundamento do atraso e da miséria. Somente o POR pode reconduzir a classe operária pelo caminho de

sua tradição revolucionária para acabar com a barbárie burguesa.

4. A crise econômica se agudiza dia a dia, e ao governo se esgotam as alternativas para contê-la

A saúde da economia boliviana chegou a uma situação crítica onde não se vislumbra a curto, médio e longo prazo uma recuperação. A crise atual se manifesta como consequência da aplicação de uma política rentista e entreguista dos governos masistas e dos governos neoliberais.

5. O perigo dos golpes militares e a inviabilidade da democracia burguesa

A resposta ao perigo latente de uma ditadura militar não está no desenvolvimento de uma sólida democracia que, insistimos, não poderá ocorrer nas condições do país capitalista atrasado como a Bolívia, mas sim no poder político do programa revolucionário do proletariado que, encarnado na luta dos explorados e oprimidos, será capaz de conquistar a tropa e parte da oficialidade das Forças Armadas, que anule a capacidade de fogo do exército e volte as armas contra os exploradores.

COM O POR, AO SOCIALISMO

(Extraído do Jornal massas, nº 2797, órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)

Bolívia

Lula reformista exige as mesmas condições do imperialismo para investir no país

Lula pede condições a Arce que não pode garantir. As promessas de investimentos brasileiros na Bolívia são apenas promessas. Arce deve agradecer a Lula de ter emprestado uma máscara publicitária.

A imprensa divulgou generosamente a notícia da visita de Lula à Bolívia, que veio acompanhado por uma centena de empresários brasileiros. Com eles, se fez uma campanha publicitária estimulada pelo governo Arce, para distrair, momentaneamente, da difícil situação em que o governo. Isso devido à sua incapacidade para atender as exigências dos diferentes setores que se sentem afetados pelo aumento permanente dos preços dos bens de consumo, pela falta de dólares que estimula o fortalecimento de um mercado paralelo especulativo, pela diminuição das vendas nos mercados locais por falta de moeda e pelo empobrecimento sensível de amplas camadas da população, bem como pelo desrespeito às conquistas sociais permanentemente ameaçadas pelos patrões e o Estado. Arce está diante da defesa pelas massas dos serviços fundamentais como a educação, a saúde, aposentadoria digna etc.

O governo pretende desviar a atenção dos bolivianos, semeando a ilusão de que a visita do governante brasileiro e de seus empresários abrirá a possibilidade de novos grandes empreendimentos comerciais e produtivos, tanto para o Estado como para as empresas privadas nacionais.

Muito se tem falado sobre a riqueza natural que o país possui na mineração, nos recursos energéticos e nas possibilidades de produção na agropecuária. O investimento estrangeiro tem sido fortemente solicitado para que a Bolívia possa “aproveitar” os rendimentos provenientes da pilhagem das suas riquezas e fortalecer-se como parceira do MERCOSUL e da possibilidade de aderir ao BRICS patrocinados pelo Brasil. Instalou-se em Santa Cruz o Fórum Empresarial Bolívia-Brasil, para discutir a possibilidade de iniciar relações produtivas e comerciais em tempo real, dando aos vorazes empresários brasileiros a expansão de sua agroindústria e às empresas imperialistas, através do Brasil, as riquezas naturais em uma bandeja de prata, acentuando assim a política entreguista deste governo.

Tudo foi enquadrado numa política de clara subordinação econômica e comercial do país atrasado aos interesses da potência vizinha; de uma política de pilhagem por parte de um país mais desenvolvido que procura extrair todas as vantagens possíveis do país pobre e oprimido. Foi assinado um documento de boas intenções com 10 pontos com promessas de realização de investimentos, no futuro, nas diferentes áreas da economia nacional. Nada de concreto, tudo promessas.

Neste momento de instalação do grande aparato publicitário, sobressai a posição reacionária e francamente pró-imperialista do reformista Lula. Na hora de encerrar o Fórum Empresarial, exigiu da Bolívia “estabilidade política, jurídica, social, fiscal e econômica” como condições para realizar investimentos neste país. Ou seja, falando mais claramente, tanto o governo quanto os empresários brasileiros só fariam investimentos neste país se fossem atendidas as condições que Arce está muito longe de garantir ao “irmão Lula”. Na Bolívia, não existe nenhuma das condições solicitadas; as reservas internacionais, como garantia para contrair créditos internacionais, deixaram de existir. Politicamente, Arce preside um governo extremamente fraco, cercado por um parlamento de oposição e pelas massas mobilizadas nas ruas e estradas. O aparato judicial já não garante o cumprimento da Constituição e de outras leis. Em suma, um Estado burguês totalmente esgotado e em crise que espera um pequeno impulso para ruir.

A ordem burguesa está em crise total. A ilusão no MAS esgotou-se e assistimos à sua morte política. A velha direita assume a sua posição neoliberal de descarregar sem cerimônia a crise sobre a população faminta. Estamos num momento em que, se o proletariado retomasse as suas próprias bandeiras como direção política da nação oprimida, a possibilidade de uma revolução social seria uma realidade para construir um novo Estado de operário-camponês e das massas empobrecidas sobre a base da propriedade social dos meios de produção.

(Extraído do Jornal Massas, nº 2797, órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)

Os 167 anos de nascimento de Clara Zetkin

A 5 de julho de 1857, nascia em Wiederau (Saxônia) uma das figuras mais emblemáticas do movimento operário alemão e internacional. Trata-se da revolucionária Clara Zetkin que, como veterana do movimento socialdemocrata foi, a seu tempo, tanto contemporânea de Marx e Engels, como de figuras elevadas da ala esquerda da Segunda Internacional, como Lênin e Rosa Luxemburgo.

Clara Zetkin teve seu primeiro contato com os trabalhadores e o movimento de mulheres ainda jovem, em 1874, quando tinha 17 anos. Originária de uma família progressista, Clara formou-se como professora e trabalhou como tradutora e jornalista. Adotou o sobrenome de seu companheiro de vida, o russo Ossip Zetkin, que conheceu no exílio suíço em 1882. Sofreu as perseguições e agruras da reacionária lei antissocialista de Bismark, extinta em 1890 após a



luta operária por liberdades democráticas. Dirigiu nesse intervalo a revista Die Gleichheit voltada, sobretudo, ao movimento de mulheres.

Zetkin se vinculou muito cedo a Rosa Luxemburgo e ocupou, com esta, uma posição à esquerda da Internacional Socialista, que ajudaria a fundar em 1889. Notabilizou-se à frente dos debates e na organização de conferências internacionais de mulheres socialistas, que culminarão na criação do 8 de março. Zetkin jamais concebeu um movimento pela emancipação das mulheres fora da luta pelo socialismo. Era, por isso mesmo, uma crítica acérrima do feminismo burguês e pequeno-burguês de seu tempo.

A Guerra de 1914-1918, que fracionará a socialdemocracia alemã e será responsável pela destruição da II Internacional, apodrecida no patriotismo imperialista, levará Zetkin à prisão.

Manteve uma firmeza inabalável durante todos estes anos de guerra. Logo mais, vinculando-se a Franz Mehring, Rosa Luxemburgo, Leo Jogiches e Karl Liebknecht, será uma das fundadoras da Liga Españuista, embrião do futuro partido comunista alemão. A revolução alemã de 1918 (depois da Revolução de Russa de 1917) trouxe uma benfazeja brisa, de ares profundamente esperançosos, com seus soviets e a queda da monarquia dos Hohenzollern, que, infelizmente, foi logo dissipada pela tragédia do assassinato de Rosa e Liebknecht pela contrarrevolução em Berlim. Zetkin suportou, pessoalmente, essa enorme e dolorosa perda, dedicando-se à militância do KPD, do qual foi uma de suas dirigentes, integrando o comitê central e organizando a revista Die Communist. A fusão com a ala esquerda do Partido Operário Socialdemocrata Independente (USPD) permitiu ao KPD alcançar uma ampla base de

massas, o que não o impediu de ter uma direção instável e pouco experimentada. Zetkin, nesse período, também incorporou-se à executiva da Internacional Comunista em Moscou.

A ascensão do nazismo na Alemanha levou-a a exilar-se em Moscou, onde passou seus últimos anos de vida, vindo a falecer em 20 junho de 1933. Se é certo que Zetkin não teve a mesma estatura teórica que Rosa ou a mesma fibra dirigente de Liebknecht, nem por isso deixou de se destacar como uma grande referência do movimento operário (malgrado sua proximidade com o estalinismo) e como uma original propagandista do marxismo. Em seu 167º aniversário de nascimento, os marxistas-leninistas-trotskistas reivindicam, sobretudo, sua tẽmpera indomável, sua disciplina militante e seu desprendimento inigualável ao movimento operário e feminino.

Estalinistas defendem os processos de Moscou

Circula numa lista de acadêmicos, na internet, um e-mail cujo assunto é: “Stalin”. Nessa mensagem, o autor assume a defesa dos Processos de Moscou, fantochada macabra montada entre 1936-1938 pela burocracia estalinista para eliminar principalmente a oposição de esquerda no PCUS e a oposição em geral.

O professor Del Roio, epígono do estalinismo, autor da mensagem, afirma que desde 1931 “os grupos derrotados na disputa interna no PCUS passaram a uma oposição com usos de sabotagem e mesmo terrorismo (defendido por Trotsky). O assassinato de Kirov (em dezembro de 1934) foi de responsabilidade do grupo de Zinoviev”, conforme justificava a burocracia estalinista com os processos, as torturas e a liquidação física dos opositores. O acadêmico, no entanto, tenta escorar a sua sabujice estalinista na autoridade de um livro escrito por outro estalinista Ruggero Giacomini – segundo ele, amigo e colaborador de Losurdo – que teria conseguido novas provas da velha justificativa assassina nos “novos arquivos abertos após o fim da URSS”. Estes documentos foram todos arquivados e organizados pela própria burocracia estalinista. Somente os falsificadores podem ter a desfaçatez de pretender que acreditemos que a ditadura de Stalin deixaria arquivos que não justificassem seus crimes perante a história.

O veredito categórico do autor da mensagem é que “Assim, os processos de Moscou (36-38) foram inteiramente verdadeiros”. E sem a menor cerimônia sentencia: “Trotsky fez um acordo com a Alemanha nazista: em caso de guerra, derrubado Stalin (o inimigo principal), o grupo de Trotsky assumiria o poder, faria concessões territoriais e cederia empresas aos alemães”, coisa que nem no auge do poder todo-poderoso de Stalin conseguiram provar nada das acusações de atentado terrorista, mas agora, graças ao Ruggero Giacomini, estaria finalmente provado. Entretanto, se essa acusação a Trotsky nunca foi provada, o pacto germano-soviético prévio à Segunda Guerra Mundial esse sim ocorreu, e nosso escriba nada disse acerca disso.

O professor ainda afirma: “Não é delírio, tudo comprovado com documentos” com a mesma convicção dos negacionistas que

durante a pandemia recente arguíam “a comprovação científica da utilidade da cloroquina no tratamento da covid”.

A restauração capitalista na Rússia e nas ex-repúblicas soviéticas comprovaram o acerto do prognóstico de Trotsky de que se não houvesse uma revolução política que devolvesse o poder à classe operária e expulsasse a burocracia, o capitalismo seria restaurado. A crise mundial, uma de cujas manifestações é o enfrentamento da Rússia com o imperialismo e com a OTAN, mobiliza também as viúvas do estalinismo, cuja traição é uma das principais causas da crise de direção revolucionária do proletariado.

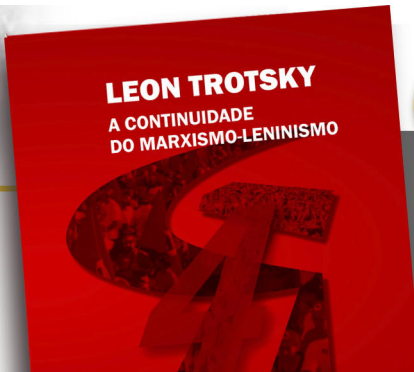
Mais tarde ou mais cedo, a classe operária reconstituirá a sua direção política e enterrará os traidores da III Internacional junto com o cadáver do capitalismo. Esses remanescentes do estalinismo precisam erguer uma cortina de fumaça para esconder os crimes da burocracia e, assim como na década de 1930, recorrem à impostura e ao engano.

Não podem, porém, esconder que foi o regime de Stalin que liquidou fisicamente toda a vanguarda bolchevique, da qual somente sobrou Stalin. E tampouco podem esconder que Ramón Mercader assassinou Trotsky a mando de Stalin e por isso foi condecorado na URSS após sair da sua prisão no México e morreu protegido pelo castrismo em Cuba.

Os Processos de Moscou fazem parte do curso da restauração capitalista, que levou, finalmente, ao desmoronamento e à liquidação da URSS. O estalinismo se mostrou de corpo inteiro como os coveiros das conquistas da Revolução Russa. O trotskismo, como continuidade do marxismo-leninismo, lutou ferreamente contra a burocratização do Estado operário, a degeneração da ditadura do proletariado, o revisionismo estalinista e a destruição da III Internacional. Uma nova Revolução de Outubro ocorrerá na Rússia e nas ex-repúblicas soviéticas. É questão de tempo e de luta da vanguarda marxista-leninista-trotskista para superar a crise mundial de direção. Aos estalinistas não resta senão continuarem servindo às burguesias nacionais e ao imperialismo. O futuro do socialismo pertence ao marxismo-leninismo-trotskismo.

Publicado o livro:
LEON TROTSKY
A CONTINUIDADE DO MARXISMO-LENINISMO

“Este livro objetiva expor essa dialética do combate de Trotsky ao estalinismo. Não há como continuar o marxismo-leninismo sem assimilar esse processo, que se desencadeou já em 1923, quando Lênin ainda vivia e sentia o peso da enfermidade, que o levaria à morte em 1924, e concluiu com o assassinato de Trotsky em 20 de agosto de 1940. Este livro, portanto, é uma homenagem militante, prática, proletária e marxista aos 80 anos de seu assassinato”.



R\$ 35

ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR



Trotsky

32 anos da dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS)

No *Jornal Massas* 705, por ocasião dos 32 anos da derrocada da URSS, começamos uma exposição sobre a luta de Trotsky contra as forças restauracionistas. Utilizamos, como início, a exposição dos Escritos de Trotsky. No *Jornal Massas* 706, dedicamos o estudo ao Tomo I, vol. 3. No *Massas* 707, tratamos do Tomo I, vol. 4.

No *Massas* 708 expusemos dois artigos do Tomo II, vol. 1: “Aos Camaradas Búlgaros” e “Termidor e Bonapartismo”. No *Jornal Massas*, nº 709, resumimos o Tomo II, vol. 2: “Problemas do Desenvolvimento da URSS. Projeto de Teses da Oposição de Esquerda Internacional sobre a questão russa”.

No *Jornal Massas* 710, usamos o Tomo IV, vol.1: “Tarefas e métodos da Oposição de Esquerda Internacional”. No *Jornal Massas* 712, tratamos do Tomo IV, vol. 2: “É necessário construir Par-

tidos Comunistas e uma nova Internacional”. No *Jornal Massas* 713, dedicamos ao Tomo V, vol.1: “A natureza de classe do Estado soviético”. No Tomo V, vol. 2, concluímos as formulações que se encontram no documento “A Guerra e a IV Internacional, de 10 de junho de 1934.

No *Massas* 715, expusemos as considerações de Trotsky que se encontram no Tomo VI, vol. 1, 1934-1935. O documento principal se denomina “O Estado Operário, Termidor e Bonapartismo”. Fizemos referências a alguns artigos que o antecede. No *Massas* 716, concluímos o Tomo VI, vol. 1, 1934-1935 expondo o documento “O Estado Operário, Termidor e Bonapartismo”, de 1º de fevereiro de 1935. Observamos que no Tomo VI, vol.2, 1934-1935, Trotsky retoma especificamente a questão da burocratização e do processo de restauração no texto “Outra vez so-

bre a questão do bonapartismo. O bonapartismo burguês e o bonapartismo soviético”.

No Tomo VII, vol.1, 1935-1936, Trotsky faz referência direta à questão da burocratização nos artigos: “Rússia e o Proletariado Mundial” (14 de setembro de 1935) e “Como Stalin venceu a oposição” (12 de novembro de 1935). No Tomo VII, vol. 2, destacamos os textos cujos títulos são: “O caráter de classe do Estado soviético”, 1 de janeiro de 1936; “A nova Constituição da URSS”, 16 de abril de 1936, e “A Quarta Internacional e a União Soviética”, 8 de julho de 1936. Ainda no Tomo VII, vol. 3, apresentaremos o documento “No tribunal de portas fechadas”, de 11 de dezembro de 1936. Antes faremos uma síntese de alguns escritos que se referem ao processo de expulsão de Trotsky da Noruega.

Observação

O volume 3 não trata diretamente de caracterizações sobre a burocratização do Estado operário e do caminhar das forças restauracionistas. Mas, os pronunciamentos contra a sua expulsão da Noruega e os processos de Moscou evidenciam o quanto a ditadura burocrática de Stalin se colocava a serviço das forças restauracionistas e do enfraquecimento da URSS diante da crise mundial que caminhava para a Segunda Guerra Mundial.

Em sua Carta Aberta ao chefe de polícia de Oslo, Trotsky se defende da falsa acusação de que teria violado os acordos de exílio. Ao contrário, havia cumprido a exigência de não “realizar atividades políticas na Noruega”. O fato de ter mantido a “atividade literária pública no terreno econômico, social e político”, portanto, mantido seu trabalho de escritor, não poderia ser considerado uma quebra do acordo de exílio. Trotsky mostra que desde o início de 1929, quando foi expulso da URSS para a Turquia, havia mantido a atividade de escritor. Quando foi enviado à Noruega já acumulava uma série de trabalhos e publicações. Era conhecida a publicação da autobiografia de Trotsky e a editora pediu o escrito sobre a biografia de Lênin. A polícia política da ditadura burocrática, a GPU, estava urdindo acusações contra Trotsky para obter sua expulsão da Noruega. Essa ação fazia parte dos processos de Moscou que se iniciavam. Trotsky mostra que o assassinato de Kirov, em janeiro de 1935, foi utilizado para envolvê-lo em uma trama de terrorismo. Assim considera que os processos de Moscou se iniciou naquele momento.

Nos textos “Terror individual e terror de massas” e “Um revolucionário, não um terrorista”, Trotsky rechaça sobre a base de funda-

mentos programáticos e de princípios marxistas a acusação de que teria feito parte de um complô terrorista para assassinar Kirov. Nesse mesmo sentido, denuncia a farsa de que Zinoviev e Kamenev seriam “responsáveis morais do assassinato de Kirov”. Forçados admitiram “unicamente a responsabilidade moral”. Em seguida, a ditadura estalinista passa a acusá-los de serem organizadores do atentado terrorista. Essa denúncia de Trotsky se encontra no documento “Declarações sobre o processo”, de agosto de 1936. Assim, em janeiro de 1935, a GPU lançava sua caça aos opositores, principalmente aos trotskistas.

Em uma breve nota, “O suicídio de Tomski”, de agosto de 1936, Trotsky denuncia que Tomski recorreu ao suicídio para não ceder às pressões da polícia política para que acusasse membros da Oposição. Conclui: “O objetivo político do processo é o extermínio total do velho Partido Bolchevique, de suas tradições e seu programa. O suicídio de Tomski fecha uma etapa histórica e abre uma nova”.

No artigo “Stalin não é tudo”, de 23 de agosto de 1936, Trotsky se refere à utilização do assassinato de Kirov e a farsa de seu envolvimento com o ato terrorista “para matar politicamente a Oposição”. O problema estava em que “o chamado ‘trotskismo’, isto é, o desenvolvimento e continuidade das ideias de Marx e Lênin, se difunde cada vez mais, inclusive nas fileiras do Comintern”. Neste artigo, Trotsky recorre à oposição de Lênin quanto a dar poderes a Stalin na direção do partido. Eis: “Ninguém esquece que o ‘testamento’ de Lênin aconselha o partido a remover Stalin do posto de secretário-geral, por sua rudeza de deslealdade (...) No outono de 1926, Krupskaja me disse, na presença de Zinoviev e Kamenev, ‘Volodia (assim ela chamava Vladimir Lênin) disse de Stalin: ‘carece por completo do mais elementar sentido de honra’. E repetiu: ‘compreendeis? a decência humana mais elementar!’. Até agora não tinha dado a conhecer essas palavras para não trazer problemas a Krupskaja. Mas agora que se desliza impotente pelos canais oficiais e não pode erguer o menor protesto contra os crimes infames da camarilha governante, considero que corresponde divulgar as palavras de Lênin”.

Como constatamos, o volume 3, do Tomo VII dos Escritos, se volta ao combate aos processos de Moscou e a sua expulsão da Noruega promovida pelo governo socialdemocrata que se mostrou incapaz de rejeitar as pressões de Stalin.

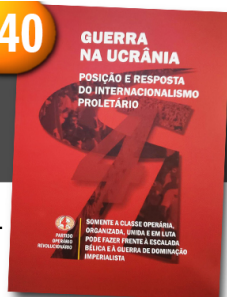
Passamos a publicar a parte final do documento “No tribunal, a portas fechadas”.

LANÇAMENTO!

GUERRA NA UCRÂNIA

Posição e resposta do internacionalismo proletário

R\$ 40



Somente a classe operária, organizada, unida e em luta pode fazer frente à escalada bélica e à guerra de dominação imperialista.

Adquira já com o distribuidor do *Jornal Massas*.

No tribunal a portas fechadas

11 de dezembro de 1936

Em princípio, o governo havia determinado que o julgamento do grupo de fascistas que invadiu minha residência ocorresse duas semanas antes das eleições: o julgamento seria seu trunfo na campanha eleitoral. A imprensa oficialista insistiu que os ladrões poderiam receber vários anos de prisão. Mas depois que minha esposa e eu fomos presos, o governo adiou o julgamento para depois das eleições e o ministro da Justiça começou a qualificar o assunto de “broma infantil”. Está aí a inviolabilidade da lei, a santidade da justiça!

O caso foi levado ao tribunal distrital de Drammen. Em 11 de dezembro, tive de comparecer como testemunha. O governo, ciente de que eu não diria nada a favor dele ou dos seus aliados moscovitas, exigiu que o julgamento fosse realizado a portas fechadas; logicamente, ninguém se opôs. Os réus, representantes típicos da juventude pequeno-burguesa arruinada, estavam foragidos. Na qualidade de “testemunha” da acusação, cheguei ao tribunal escoltado por doze policiais.

Dois policiais ocuparam os assentos reservados ao público, que estavam vazios. Os infelizes heróis do ataque noturno sentaram-se à minha direita. Ouviram-me com toda a atenção. Os assentos à minha esquerda foram ocupados por dezoito membros do júri; operários e pequeno-burgueses. Finalmente, vários altos funcionários tomaram assento na parte de trás.

O tribunal a portas fechadas me permitiu responder a todas as perguntas livremente. Embora eu tenha dado a ele várias oportunidades para fazê-lo, o presidente do tribunal não interrompeu meu depoimento uma única vez, embora tenha durado quase quatro horas, uma vez que teve de ser traduzido do alemão. Não tenho em meu poder a transcrição taquigráfica, mas posso comprovar que o que disse é quase literal, pois o escrevi logo em seguida, seguindo um plano previamente elaborado. Falei sob juramento. Assumo total responsabilidade pelo que digo. O governo “socialista” norueguês exigiu um tribunal a portas fechadas. Minha intenção é abrir as portas e janelas.

(...)

Permitam-me dizer que é impossível analisar o julgamento de Moscou pelos padrões comuns do bom senso. Este se baseia nas experiências cotidianas de uma vida normal e pacífica. Agora, a Rússia passou por uma revolução social de envergadura colossal. Falta-lhe muito para alcançar um novo equilíbrio interno. Tanto as relações sociais quanto as ideias ainda estão extremamente transtornadas. A primeira coisa a levar em conta é a contradição fundamental que dilacera hoje a sociedade soviética.

A revolução visava criar uma sociedade sem classes, isto é, sem uma maioria despossuída e uma minoria possuidora. Uma sociedade desse tipo não precisaria do poder coercitivo do Estado. Os fundadores do regime supunham que todas as funções sociais seriam desempenhadas pelos próprios cidadãos, sem uma burocracia profissional dominando os cidadãos como um todo. Diversas causas históricas, que não mencionarei aqui, conspiraram para colocar a estrutura real da sociedade soviética atual em flagrante contradição com esse ideal. Uma burocracia absolutista se instalou acima do povo. Ela possui poder e controla a riqueza do país. Desfruta de privilégios inéditos, que aumentam ano a ano.

A posição da casta que detém o poder é essencialmente falsa. É forçada a esconder seus privilégios, a mentir para o povo, a usar a fraseologia comunista para justificar relações e fatos que nada têm a ver com o comunismo. O aparato burocrático não permite que ninguém chame as coisas por seus verdadeiros nomes. Muito pelo contrário: exige constantemente que seja usada a terminologia “comunista” convencional ... que serve para esconder a verdade. As tradições do partido e seus documentos fundamentais estão em clara contradição com a realidade objetiva. Consequentemente, a oligarquia dominante obriga historiadores, economistas, sociólogos, professores, propagandistas, juizes, a interpretar documentos e a realidade passada e presente, de tal forma que concordem, pelo menos nas aparências. A ideologia oficial está prenhe de mentiras obrigatórias. As pessoas pensam uma coisa, mas escrevem e dizem outra. O abismo entre a palavra e a realidade está crescendo continuamente; ano após ano, as formulações sa-

crossantas são revisadas. Se examinar as edições sucessivas do mesmo livro, por exemplo, uma enciclopédia, se verá que cada nova edição contém avaliações diferentes das mesmas pessoas, dos mesmos fatos, algumas cada vez mais lisonjeiras, outras cada vez mais insultuosas. Sob o flagelo da burocracia, milhares de homens realizam um trabalho sistemático de falsificação “científica”. Diante da menor sombra de crítica ou objeção, a menor discordância, são punidos por crimes infames.

Pode-se dizer, sem medo de exagero, que a burocracia saturou a atmosfera política da URSS com o espírito da Inquisição. Mentiras, calúnias e falsificações não são armas circunstanciais empunhadas contra oponentes políticos, mas uma derivação orgânica da falsa posição da burocracia na sociedade soviética. A imprensa da Internacional Comunista, tal como o jornal conhecido, é apenas um pálido reflexo da imprensa soviética. Mas a realidade se faz sentir a cada passo, desmascara a mentira oficial e endossa a crítica da Oposição: portanto, a burocracia deve recorrer a métodos cada vez mais fortes para demonstrar sua infalibilidade. No início, dispensaram os oponentes de seus cargos, depois os deportaram para áreas remotas e, finalmente, negaram-lhes trabalho. Foram objeto de calúnias cada vez mais venenosas. Quando o público se cansou e parou de acreditar nos artigos polêmicos, tornou-se necessário montar julgamentos sensacionalistas. Realmente, não tinham outro recurso senão acusar seus adversários de serem criminosos, não contra os privilégios da nova aristocracia, mas contra os interesses do povo. Em cada nova etapa, as acusações se tornavam mais monstruosas. Essa é a atmosfera política e a psicologia social que tornaram possível o espetáculo dantesco do julgamento de Moscou. No julgamento de Zinoviev, a burocracia atingiu seu ponto mais alto – ou melhor, caiu no poço.

Se, em termos gerais, a preparação do julgamento foi muito prolongada, são muitos os fatores que nos fazem pensar que o resultado se antecipou algumas semanas, talvez alguns meses, aos desejos dos responsáveis. A impressão causada pelo ataque destes cavaleiros, os réus aqui presentes, se opôs aos planos de Moscou. A imprensa de todo o mundo falava, e com razão, sobre as ligações entre os nazistas noruegueses e a Gestapo. Um julgamento deveria ser realizado no decorrer do qual meus antagonismos com os fascistas fossem revelados em toda a sua gravidade. Era necessário apagar a todo custo a impressão causada pela infeliz aventura. É muito provável que Stalin tenha exigido que a GPU acelerasse o julgamento. Dados oficiais mostram que as “confissões” mais importantes foram extraídas dos réus na última semana da investigação preliminar, às vésperas do julgamento, entre 7 e 14 de agosto. Com tanta pressa, era difícil fazer com que as “confissões” concordassem entre si e com os fatos. Além disso, os diretores de cena precisavam das confissões dos acusados para preencher as lacunas nas acusações. Uma vez que os dezesseis réus admitiram ser culpados do assassinato de Kirov ou de preparar outros assassinatos – alguns até confessaram ligações com a Gestapo – por que o promotor deveria se preocupar em encontrar evidências, eliminar contradições flagrantes, anacronismos e absurdos? Uma vez que não precisam prestar contas ao povo, prestam pouca atenção aos detalhes; como eles não prestam contas a um eleitorado, eles se tornam descuidados. O promotor Vyshinsky não é apenas inescrupuloso; ele também carece de talento. Ele substituiu evidências por suposições. Na declaração das acusações, no pedido de penalidades, as contradições se amontoam umas sobre as outras.

Obviamente, não posso analisar, ou mesmo enumerar, essas contradições aqui. Meu filho mais velho, Leon Sedov, a quem o Bórgia de Moscou enfiou neste caso para me atingir (sem dúvida acreditava que seria mais difícil para meu filho encontrar álibis do que para mim) publicou recentemente em Paris um Livro Vermelho, dedicado ao julgamento de Moscou. As cento e vinte páginas deste documento revelam a incoerência das acusações do ponto de vista factual, psicológico e político. Entretanto, meu filho não tem acesso à décima parte dos documentos que tenho à minha disposição (cartas, artigos, depoimentos de testemunhas, memórias pessoais). Diante de qualquer tribunal, os acusadores de Moscou teriam aparecido como falsificadores que não

poupam meios para defender os interesses da nova casta privilegiada.

Alguns juristas ocidentais (Sr. Pritt na Inglaterra, Sr. Rosenmark na França) confiam nas confissões “completas” dos réus para apresentar um certificado de boa conduta à GPU. Algum dia, esses defensores legais de Stalin lamentarão seu zelo precipitado e irreflexivo; a verdade, superando todos os obstáculos, destruirão mais de uma reputação. Os Pritts enganam o público apresentando coisas como se dezesseis pessoas, suspeitas de pertencer a uma gangue de criminosos, tivessem feito confissões que, apesar da total ausência de evidências materiais, pintam um quadro convincente dos preparativos para o assassinato de Kirov e outros crimes. Na realidade, os réus e grupos de réus no julgamento dos dezesseis não estavam ligados entre si, nem pelo caso Kirov, nem por qualquer outro caso. Nos documentos oficiais, vemos que, após o assassinato de Kirov, foram fuzilados cento e quatro “Guardas Brancos” desconhecidos (entre os quais havia mais de um militante da oposição) e depois, quatorze pessoas, falsamente acusadas ou em associação com o grupo de Nikolaev que assassinou Kirov, também foram fuziladas. Os quatorze também “confessaram”, porém ninguém mencionou nenhum dos futuros réus no julgamento dos dezesseis. O caso Zinoviev-Kamenev é uma invenção de Stalin que não tem nada a ver com o julgamento anterior de Kirov. As “confissões” dos dezesseis, obtidas em etapas sucessivas, não fornecem um quadro da atividade terrorista da pessoa em questão. Pelo contrário, vê-se como os acusados, guiados pelos acusadores, evitam cuidadosamente qualquer menção específica de tempo e lugar. Acabo de receber o relatório oficial sobre o julgamento de Moscou. Este pequeno livro condena aqueles que perpetraram fraudes judiciais! Página após página, os acusados, prisioneiros de uma espécie de histeria, denunciam seus próprios crimes sem poder dizer nada de concreto! Não podem dizer nada de concreto, senhores do júri, porque não cometeram nenhum crime. Suas confissões foram para permitir que a camarilha no poder acabasse com seus adversários, incluindo eu, seu “inimigo número um”.

“Mas por que razão os réus teriam para levar o crédito por crimes que nunca cometeram e, assim, causar sua própria destruição?” perguntam os advogados da GPU. É uma objeção profundamente desonesta. Os réus confessaram por sua própria vontade?

No decorrer de muitos anos, a garra que os apertava foi se estreitando mais e mais, de modo que, no final, sua única esperança de salvação estava na submissão absoluta, prostração total, servilismo histórico na presença do carrasco, cujas palavras e gestos eles deveriam imitar. A capacidade de resistência do sistema nervoso humano tem limites. A GPU não precisou de tortura física ou drogas especiais para levar os réus a tal estado em que eles só poderiam buscar uma saída de sua situação intolerável em cumplicidade ilimitada com sua própria difamação. Tudo o que foi necessário para trazê-los a esse estado foi humilhação, sofrimento e tortura mental contínuos, infligidos contra os réus mais proeminentes e suas famílias durante um período de dez anos (para alguns, treze anos).

O pesadelo das “confissões” resulta explicável se não se perde de vista por um único momento o fato de que, ao longo desses anos, os acusados renegaram de suas convicções em muitas ocasiões: diante da comissão de controle do partido; antes das assembleias; novamente perante as comissões e, finalmente, perante um tribunal. Em cada ocasião, confessavam exatamente o que foram forçados a confessar. No início, essas eram questões programáticas. A oposição lutou por muito tempo pela industrialização e coletivização da agricultura. A burocracia resistiu por muito tempo, mas acabou sendo forçada a seguir esse caminho. Então acusou a oposição de se opor à industrialização e coletivização! Aí vocês têm a síntese do método stalinista! Depois, se exigiu aos militantes da oposição que queriam retornar ao partido, que se reconhecessem culpados do “erro” cometido pela própria burocracia. Pôde realizar essa manobra jesuítica porque as ideias da Oposição eram acessíveis apenas a algumas dezenas ou centenas de milhares de pessoas, especialmente dos estratos superiores da sociedade; as massas populares não os conheciam porque a burocracia impedia amplamente a divulgação de nossos escritos.

Nos bastidores, longas e dolorosas negociações estavam ocorrendo entre os militantes arrependidos da oposição e os funcionários das comissões de controle, que na realidade são organizações da GPU: quais eram os erros a serem reconhecidos e como deveriam fazê-lo? Os jesuítas das comissões de controle sempre acabavam se impondo.

Os líderes do partido sabiam muito bem que esses atos de arrependimento careciam de qualquer valor moral e que seu único objetivo era reafirmar às massas o dogma da infalibilidade dos líderes. Mais tarde, a burocracia começou a exigir novas e ainda mais humilhantes renúncias do mesmo adversário que já havia se arrependido (ou seja, renunciado ao seu direito de criticar) há muito tempo. Ao primeiro sinal de resistência, o inquisidor respondia: “Ah, então todas as suas declarações anteriores de arrependimento não foram sinceras! Você não quer ajudar o partido a lutar contra seus inimigos! Você quer voltar para o outro lado da barricada!”

Que alternativa restou aos capituladores – os antigos militantes da oposição – que já tinham caído na autodifamação? Resistir? Tarde demais. Já estavam atados. Eles não podiam retornar à Oposição: esta não lhes daria sua confiança. Por outro lado, já não lhes sobrava vontade política. Sua autodenúncia anterior os havia esmagado, o perigo era constante, as ameaças de represálias contra suas famílias não paravam, a polícia os chantageava, e foi assim que dobraram os joelhos a cada passo e se afundaram cada vez mais.

No primeiro julgamento de Zinoviev e Kamenev [1935], depois de sofrerem horrendas torturas mentais, os réus resolveram aceitar a responsabilidade moral pelos atos terroristas de que foram acusados, na qualidade de ex-militantes da Oposição. Pouco depois, a GPU começaria a usar a confissão como ponto de partida para uma nova chantagem. A um sinal de Stalin, a imprensa oficial começou a exigir a pena de morte. A GPU organizou manifestações em frente ao tribunal, gritando “Morte aos assassinos!” Assim, eles prepararam os condenados para suas novas confissões. Kamenev resistiu mais do que Zinoviev. Em 27 de julho de 1935, um novo julgamento foi realizado, a portas fechadas, para fazê-lo entender que sua única esperança de salvação – ou melhor, uma sombra de esperança – estava na colaboração absoluta com os que estavam no poder. Isolado do mundo exterior, sem segurança interior, vulnerável, sem perspectivas, sem um raio de luz, Kamenev se quebrou. Os réus que, apesar das torturas indescritíveis, continuaram a defender sua dignidade, foram fuzilados sem julgamento nem publicidade pela GPU. Foi assim que Stalin “selecionou” e preparou os réus do recente julgamento de Moscou. Essa é a realidade, senhores do júri. O resto são mentiras e enganos.

“Por que essas coisas acontecem?”, talvez perguntem. Porque procuram esmagar tudo o que é oposição, crítica, desmoralizar e enlamear quem se opõe à burocracia ou simplesmente não lhe canta louvores. E não é só neste ponto que esse trabalho diabólico é realizado contra mim. Mas devo voltar a uma data anterior.

Em 1928, após as primeiras prisões em massa no partido, a burocracia nem se atreveu a sonhar com a liquidação física da Oposição. Ao mesmo tempo, não podia cruzar os braços e esperar por sua capitulação. Eu estava liderando a luta de onde havia sido deportado [Alma Ata]. Finalmente, a camarilha no poder não conseguiu encontrar outra solução senão me banir, para finalmente me expulsar do país. Na reunião do Politburo (meus amigos me enviaram um relatório que imediatamente tornei público), Stalin disse: “No exterior, Trotsky ficará isolado. Ele terá de escrever para a imprensa burguesa, o que nos dará a oportunidade de enlameá-lo. A socialdemocracia defendê-lo-á e nós desacreditá-lo-emos aos olhos do proletariado mundial. Se ele revelar alguma coisa, vamos acusá-lo de ser um traidor.”

Esse cálculo astuto carece de percepção. Stalin não levou em conta a força e a importância das ideias. No exterior, publiquei trabalhos voltados para a educação de jovens. Em todos os países, organizaram-se grupos que compartilham minhas ideias. Surgiram jornais baseados no programa que defendo. Um congresso internacional foi realizado recentemente sob a bandeira da Quarta Internacional. Golpeado por seus inimigos, o movimento continua crescendo, enquanto a Internacional Comunista cai nas garras da confusão e da desordem. Agora que perdeu a autoridade internacional, Stalin não pode manter o comando sobre a burocracia e, conseqüentemente, o poder sobre o povo. O crescimento do movimento pela Quarta Internacional, da qual chegam notícias à União Soviética, constitui um grave perigo para ele. Em suma, não há nada que a camarilha dominante tema mais do que as tradições vivas da Revolução de Outubro, inexoravelmente hostis à nova casta privilegiada.

É por tudo isso que a luta de Stalin e seu grupo contra mim nunca cessa por um único momento. Todas as capitulações dos últimos treze

anos contêm alguma declaração contra mim. As declarações individuais ou coletivas desse tipo chegaram a dezenas de milhares. Sem repudiá-lo, sem denegrir Trotsky, nenhum ex-membro da oposição pode sonhar em voltar ao partido, ou mesmo obter um pedaço de pão. Ano após ano, as renúncias se tornam mais humilhantes, os insultos contra Trotsky mais grosseiros, as calúnias mais vis. Os réus e seus juízes são educados nesse espírito. Passo a passo, eles atingiram o atual grau de desmoralização. O organizador de tudo isso, o responsável pela desmoralização – mais uma vez, lamento ter de dizer isso diante de um tribunal a portas fechadas – é Stalin. O recente julgamento não caiu como um raio no céu azul. É a consumação de uma longa série de falsos pronunciamentos contra mim. Quando Stalin entendeu o erro que cometeu ao me banir, tentou consertá-lo à sua maneira, com seus métodos típicos. A fraude judicial que surpreendeu a opinião pública mundial foi apenas um elo inevitável em uma longa cadeia de acontecimentos. Nós o previmos e o anunciamos publicamente.

O julgamento recente foi baseado na acusação de terrorismo. Senhores do júri: se eu acreditasse que o terrorismo individual servia à causa da libertação da humanidade, não deixaria de o propagar e aplicá-lo. Frequentemente meus inimigos me acusaram e perseguiram por minhas ideias. Isso é o que o governo norueguês acabou de fazer. Mas, até agora, ninguém me acusou de esconder minhas ideias. Se eu invariavelmente falo contra o terrorismo individual – e esta posição não data de ontem, mas dos primeiros dias da minha atividade revolucionária – é porque o considero não apenas ineficaz, mas, pior ainda, prejudicial ao movimento dos trabalhadores. Na Rússia havia dois partidos terroristas, conhecidos em todo o mundo: a Vontade do Povo (Narodnik) e o Partido Socialista Revolucionário. Nós, marxistas russos, nos organizamos como um partido de massas no curso de uma luta intransigente contra o terrorismo individual. Nosso principal argumento foi que esse método desorganiza mais ao partido revolucionário do que ao governo. Não é à toa que a burocracia bonapartista da URSS procura avidamente esse tipo de crime, ou mesmo o inventa, para depois culpar seus oponentes políticos. O assassinato de Kirov não podia abalar minimamente o poder absoluto da burocracia. Pelo contrário, deu-lhe a oportunidade esperada de exterminar centenas de pessoas que ele temia, de enlamear seus adversários, de semear confusão nas mentes dos operários. Os resultados da aventura de Nikolaev confirmaram plenamente – não podia ser de outra forma – o tradicional repúdio do marxismo ao terrorismo, um repúdio ao qual sou fiel há quarenta anos e do qual não sonharia em me afastar hoje.

Se tendências terroristas aparecem em certos setores da juventude soviética, não são o resultado da atividade política da Oposição, mas, ao contrário, da derrota da Oposição, da proibição de pensar e protestar: são o resultado da raiva e do desespero. A GPU apropria-se avidamente dos sentimentos terroristas, fomenta-os, cria uma espécie de organização clandestina na qual o infeliz terrorista se vê cercado por agentes provocadores. Este foi o caso de Nikolaev. Estudamos cuidadosamente os documentos oficiais, compreendemos, sem sombra de dúvida, que Stalin, Yagoda e o próprio Kirov sabiam que um ataque estava sendo preparado em Leningrado. A GPU teve apenas que implicar aos líderes da oposição, depois descobrir a conspiração na véspera do ataque e colher os benefícios políticos. Nikolaev era um agente da GPU? Ele era um agente duplo? Realmente, eu não sei. Seja como for, ele puxou o gatilho antes que Stalin e Yagoda tivessem tempo de implicar seus inimigos políticos. Desde os primeiros meses de 1935, com base apenas em documentos oficiais, desmascarei a provocação policial no caso Kirov. (Publiquei um trabalho com o título “A burocracia estalinista e o assassinato de Kirov”). Escrevi que o fracasso da intriga, que custou a vida de Kirov, longe de parar Stalin, o forçaria a montar um caso muito maior. Não era necessário possuir o dom de profecia para prevê-lo, bastava conhecer as circunstâncias, os fatos e as pessoas.

Como já indiquei, a GPU obteve apenas um lucro com o assassinato de Kirov: todos os réus reconheceram – com o cano de uma pistola apoiado nas têmporas – que a responsabilidade moral pelo crime cometido por Nikolaev recaía sobre eles. Nem o acusado, nem os juízes, nem a opinião pública estavam preparados para qualquer outra coisa. Mas nem tudo estava perdido. Stalin estava determinado a capitalizar com o cadáver de Kirov. A GPU começou a exumar periodicamente o corpo para novas acusações, confissões e execuções. Após um período de treinamento psicológico de dezoito meses, durante o qual os réus

mais importantes permaneceram na prisão, a GPU apresentou-lhes o ultimato: teriam que ajudar a traçar o fio da acusação de terrorismo até Trotsky. Na audiência preliminar do julgamento aos dezesseis anos, o problema só poderia ter sido colocado da seguinte forma:

“Vocês não são os mais perigosos para nós”, é o que os agentes de Stalin devem ter dito a Zinoviev, Kamenev e aos outros prisioneiros. Vocês sabem disso. Mas Trotsky não desiste. Ele nos combate na arena internacional. A guerra está chegando” (Os bonapartistas sempre apelam aos sentimentos patrióticos). “Devemos liquidar Trotsky a qualquer preço e sem demora. Comprometam-no. Impliquem-no nos ataques terroristas. Liguem-no à Gestapo”.

“Mas ninguém vai acreditar em nós, os réus habituais teriam dito. Vamos nos comprometer sem afetá-lo.”

Assim teriam sido as negociações. Os candidatos que não queriam se prestar ao jogo foram fuzilados sem julgamento para que os outros entendessem que não tinham escolha.

Os magistrados teriam respondido: “Vocês não estão interessados em que se acreditem em vocês. Vocês estão interessados em demonstrar que tudo o que disseram antes não foram declarações hipócritas, que a lealdade que vocês professam ao partido” (isto é, à casta dominante) “é sincera, que vocês estão dispostos a se sacrificar por ela”.

Se tivessem sido assaltados pelo desejo de serem honestos – e na prisão não tivessem motivos para abrigar escrúpulos – os juízes de instrução poderiam ter acrescentado:

“Aqueles que sabem não acreditarão neles? Não faz mal. São muito poucos os que se atrevem a protestar! Mentiras fascistas nos servirão. Os democratas? Eles não abrirão seus bicos. As democracias francesa e tchecoslovaca ficarão em silêncio mais do que uma sepultura por razões patrióticas. Leon Blum depende dos comunistas, que farão tudo o que lhes ordenamos. Os ‘amigos da União Soviética’? Eles vão engolir qualquer coisa, desde que escondam o quão cegos foram. A burguesia internacional, que reconhece Trotsky como o teórico da revolução permanente, não pode ter interesse em apoiá-lo contra nós. A imprensa da Quarta Internacional ainda é fraca. As massas ouvirão apenas o que dizemos, não as respostas de Trotsky”.

Esses eram os cálculos de Stalin, e ele não estava muito errado. Os réus capitularam novamente e aceitaram os papéis trágicos e desonrosos que lhes foram atribuídos.

Não concordaram em confessar tudo o que lhes era exigido. As nuances das confissões revelam as lutas desesperadas que ocorreram nos bastidores na véspera do julgamento. Não vou falar aqui dos jovens suspeitos que supostamente enviei para a Rússia... e de quem eu nunca tinha ouvido falar. Nenhum dos velhos revolucionários admitiu ter ligações com a Gestapo: a GPU não poderia forçá-los a se rebaixar a esse ponto. Smirnov e Goltsman negaram qualquer envolvimento em ataques terroristas. Mas todos os réus, sem exceção, testemunharam que Trotsky havia feito apelos clandestinos ao terrorismo desde o exterior, que ele havia dado instruções para atividades terroristas e até mesmo enviado terroristas para a URSS. Minha participação nos ataques terroristas é, portanto, o denominador comum de todas as confissões. Esse foi o preço mínimo que a GPU aceitou. As vítimas só poderiam salvar suas vidas pagando esse mínimo.

É assim que o verdadeiro objetivo da trama é revelado. Friedrich Adler, secretário da Segunda Internacional, meu velho inimigo mortal, escreveu: “O objetivo prático de toda a trama é o capítulo mais indigno de todo o julgamento. Trata-se de privar Trotsky de seu asilo norueguês, de organizar uma verdadeira caçada contra ele, de tornar sua existência impossível em qualquer lugar da terra”.

Senhores do júri, demos uma olhada no denominador comum das confissões, conforme aparece no depoimento do réu Goltsman, a principal testemunha no caso contra meu filho e eu. Goltsman chega a Copenhague em novembro de 1932 com o propósito de se entrevistar comigo, diz ele. Ele conheceu meu filho na recepção do Bristol Hotel e o trouxe para minha residência. Tivemos uma longa conversa, durante a qual expliquei o programa terrorista para ele. Este é o único testemunho que aponta para circunstâncias concretas de tempo e lugar. E como Goltsman teimosamente se recusa a reconhecer o menor vínculo com a Gestapo, ou a ter qualquer envolvimento em atividades terroristas, parece que seus testemunhos são os mais confiáveis.

Qual é a verdade? Goltsman nunca me visitou em Copenhague ou em qualquer outro lugar. Meu filho não veio a Copenhague enquanto eu estava lá, nem viajou para a Dinamarca em nenhum outro momento. Finalmente, o Bristol Hotel, onde Goltsman afirma ter conhecido meu filho em 1932, foi demolido em 1917! Uma feliz combinação de circunstâncias (vistos, testemunhas, telegramas etc.) permite reduzir a zero os elementos materiais da história da testemunha que foram os mais parcos em suas confissões. Goltsman não é exceção. As outras confissões são do mesmo teor. O Livro Vermelho que meu filho escreveu desmascara todos eles. Haverá novas revelações. Da minha parte, poderia ter entregado à imprensa, à opinião pública, a uma comissão de inquérito imparcial ou a um tribunal independente há muito tempo os fatos, documentos, depoimentos de testemunhas e considerações de natureza política e psicológica que refutam totalmente a amálgama de Moscou. Mas minhas mãos estão atadas. O governo norueguês transformou o direito de asilo em uma armadilha. No exato momento em que a GPU acumula acusações infames contra mim, o governo deste país me prende e corta minhas comunicações com o mundo exterior.

Aqui devo relatar um incidente que, embora não seja muito importante, serve para explicar minha situação atual. No verão passado, algumas semanas antes do julgamento de Moscou, Koht, ministro das Relações Exteriores da Noruega, foi convidado a Moscou, onde recebeu uma recepção excepcionalmente calorosa. Falei disso com meu anfitrião, o jornalista Konrad Knudsen, cujo testemunho já foi ouvido aqui. Apesar de nossas profundas diferenças políticas, nossas relações são muito cordiais. Além de comentar algumas notícias, nunca falamos sobre política e evitamos qualquer discussão de princípios.

“Você sabe”, perguntei brincando, “por que Koht é tão bem recebido em Moscou?”

“Por quê?”

“Eles estão negociando minha cabeça.”

“Como você sabe?”

“Moscou sugere – ou diz diretamente – ao Sr. Koht: ‘Vamos fretar navios de você, vamos comprar peixe arenque de você, mas com uma condição: venda-nos Trotsky.’”

Knudsen, um homem leal ao seu partido, ficou irritado: “Então você acha que nossos princípios estão à venda?”

“Meu caro Knudsen”, respondi, “não estou dizendo que o governo norueguês está disposto a me vender, mas que o Kremlin gostaria de fazer tal acordo”.

Não quero dizer que Litvinov e Koht negociaram com tanta franqueza. Insisto mesmo em reconhecer que, na época das eleições, o ministro Koht se comportou comigo de uma forma muito mais digna do que os outros ministros. Mas diferentes circunstâncias revelaram que o Kremlin estava realizando ações políticas e econômicas em grande escala na Noruega. As razões eram claras com o julgamento de Moscou. Não há dúvida de que a campanha da imprensa reacionária contra mim foi alimentada por Moscou por meio de canais indiretos. Os intermediários da GPU entregaram meus artigos “subversivos” a jornais de direita. Seus agentes da seção norueguesa da Internacional Comunista espalharam rumores e fofocas. Tratava-se de confundir o país em vésperas das eleições, intimidar o governo e amaciá-lo para ceder a um ultimato. Os estaleiros noruegueses, estimulados pela embaixada soviética e outros capitalistas que têm interesses no assunto, exigiram que o governo resolvesse o caso Trotsky sem demora: caso contrário, o desemprego poderia aumentar. Por sua vez, o governo não queria nada mais do que ceder a Moscou. Tudo o que faltava era o pretexto. Para encobrir sua capitulação, o governo me acusou, sem a menor base, de violar os acordos que assinei quando cheguei. A verdade é que o governo, ao me confinar em minha casa, esperava melhorar a balança de pagamentos do país!

A atitude do Ministro da Justiça tem sido demasiado desonesta. Na véspera da minha prisão, ele me ligou inesperadamente. A polícia já havia ocupado o pátio. O ministro falou comigo em tom educado.

“Recebi sua carta”, disse ele, “e considero muito do que você diz verdade. Peço-lhe apenas uma coisa: não entregue sua carta à imprensa; não responda à declaração oficial de hoje. O Conselho de Ministros se reúne hoje à noite, espero que reconsidere sua decisão.”

Respondi que, é claro, estava esperando a decisão final. No dia seguinte, fui preso, meus secretários foram revistados e cinco cópias

de uma carta lembrando ao ministro que ele havia estado presente em uma das entrevistas acordadas com a imprensa foram apreendidas. O honorável ministro temia que a revelação desse fato o prejudicasse aos olhos dos eleitores. Assim é esse guardião da lei!

Você sabe que o governo soviético não se atreveu a exigir minha extradição, nem antes nem durante o julgamento. Não podia ser de outra maneira. Ele deveria ter apresentado o pedido de extradição a um tribunal norueguês e para os juizes de Moscou, isso era o mesmo que colocar a cabeça no laço. Só pude tomar medidas legais contra os autodenominados comunistas e os fascistas noruegueses que repetem as calúnias de Moscou. No dia da minha prisão, o Ministro da Justiça garantiu que eu teria a oportunidade de me defender das acusações. Mas as ações do ministro estão em flagrante contradição com suas palavras. Quando o governo norueguês promulga leis especiais contra mim, não é um sinal para que os capangas continuem me caluniando? “De agora em diante, eles serão capazes de denegrir Trotsky o quanto quiserem e impunemente em qualquer lugar do mundo. Nós o amaramos e amadoramos e não permitiremos que se defenda.”

Senhores do júri, fui convocado perante este tribunal como testemunha no caso da violação de minha residência. O governo teve a gentileza de me fazer escoltar por um pelotão de policiais. No entanto, quando meu arquivo foi roubado em Paris, o governo norueguês apreendeu o testemunho escrito que dirigi ao juiz de instrução. Por que essa diferença de tratamento? Não é porque no primeiro caso o governo é confrontado pelos fascistas noruegueses, que considera inimigos, e no segundo caso pelos membros da gangue da GPU, que considera amigos? Acuso o Governo norueguês de espezinhar os princípios jurídicos mais elementares. O julgamento dos dezesseis é o primeiro de uma série em que não apenas minha vida e minha honra e as de minha família estarão em jogo, mas também a honra e a vida de centenas de pessoas. Nessas circunstâncias, como eles podem proibir o réu principal – que também é a testemunha mais informada – como eles podem me proibir de divulgar o que sei? É um caso de obstrução deliberada e consciente da disseminação da verdade. Quem usa ameaças ou violência para impedir uma testemunha de dizer a verdade comete um crime grave, que a lei norueguesa pune severamente. Estou convencido disso. É possível que, após este depoimento, o Ministro da Justiça tome outras medidas contra mim. Os recursos do poder arbitrário são inesgotáveis. Mas prometi dizer a verdade, toda a verdade, e cumprir minha promessa.

(O presidente do tribunal pergunta às partes se querem fazer mais perguntas à testemunha e, quando a resposta for não, pergunta à testemunha se ela deseja confirmar seu depoimento sob juramento.)

Trotsky: Como não tenho religião, não posso fazer um juramento religioso. Mas, sabendo da importância do meu testemunho, estou pronto para reafirmá-lo aqui sob juramento, ou seja, assumir total responsabilidade legal pelo que disse.

(O público se levanta. O réu levanta a mão e pronuncia o juramento. Escoltado pela polícia, ele sai da sala para ser levado de volta a Sundby, onde está cumprindo prisão domiciliar).

Nossa Conclusão

Publicamos quase na íntegra esse documento pela importância que tem para a compreensão do momento em que a ditadura burocrática de Stalin, para se afirmar definitivamente e avançar no sentido da liquidação do partido Bolchevique, necessitou recorrer à destruição dos membros da direção que, ao lado de Lênin, dirigiram a Revolução de Outubro. O estalinismo objetivou estrategicamente, com os Processos de Moscou, acabar com a direção de Trotsky que encarnou a Oposição de Esquerda Russa e se pôs a organizar a Oposição de Esquerda Internacional. A condenação à morte de Kamenev, Zinoviev, Smirnov, Bukarin, entre outros, aplainou o caminho para derrotar tanto a Oposição de Esquerda quanto a de direita. Esse foi o ápice da consolidação da degeneração do Estado operário e da ditadura do proletariado. O domínio pleno pela burocracia das alavancas do Estado e da economia representou o triunfo do terrível e, assim, da perspectiva da restauração capitalista.